

Acção Socialista

Nº 1244 - 18 Maio 2005

Director interino: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



UM GOVERNO QUE FAZ UM PARTIDO QUE FUNCIONA



Dois meses depois do Governo do PS ter entrado em funções avultam já as mudanças em Portugal. Em apenas 60 dias foi possível aprovar um pacote de medidas de ataque à morosidade na justiça e outro de combate à fraude na segurança social, iniciar o processo de reforma do Serviço Nacional de Saúde, lançar um programa de estágios em empresas para jovens quadros, abrir um novo sistema de incentivos fiscais à investigação empresarial e apresentar novas regras e condições para o exercício de cargos públicos.

Em paralelo, a actividade do partido não esmoreceu. Muito pelo contrário, manteve a dinâmica de abertura à sociedade civil através do lançamento do Fórum "Novas Fronteiras" que vai promover uma Convenção sobre a Europa. Neste particular momento em que está em jogo o futuro União Europeia, cabe a António Vitorino,

após a última reunião da Comissão Política, a responsabilidade da coordenação da campanha pelo "sim" no referendo sobre a Constituição europeia.

Por outro lado, mercê das próximas autárquicas, a mobilização do PS é notória em torno das candidaturas que por todo o país vão sendo apresentadas, e também da mulheres socialistas estão em campanha para a liderança do Departamento.

Más notícias só as que derivam do défice público, cujo valor não sendo ainda conhecido é suficientemente grave para levar o governador do Banco de Portugal a afirmar que a situação é pior do que ele temia. O Governo já prepara as necessárias medidas para a redução do défice, mas sem que as mesmas voltem a colocar Portugal em recessão económica como aconteceu no passado recente com a governação de direita.

REFERENDO EUROPEU

**Vitorino coordena
campanha pelo
"sim"**

3

GOVERNO

**Acelerar Alqueva
para precaver
futuras secas**

5

XII CONGRESSO DO PS/IM

**Em defesa da
qualidade da
democracia na
região**

5

AUTÁRQUICAS 2005

**Assis é formalmente
candidato ao
Porto**

9

MULHERES SOCIALISTAS

**Candidaturas
apresentam
argumentos**

16 e 17

Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

ELEIÇÕES 3 E 4 JUNHO



CONSTRUÇÃO EUROPEIA: UM PROCESSO ADMIRÁVEL

A construção europeia, e inerente processo de integração, tem sido uma tarefa extraordinária e admirável sob diversos pontos de vista, dos quais não pode deixar de serem relevados dois deles: por um lado, a convicção e a persistência dos responsáveis políticos europeus na ideia da necessidade da construção da Europa através de um processo de integração – alargada depois de 1989 e do fim do império soviético – por outro lado, a própria construção estar a ser realizada pela via pacífica, pela força da razão e da concertação, inspirada pelos ideias da liberdade, do humanismo, da solidariedade, numa lógica de desenvolvimento equilibrado e sustentado e de coesão social e politicamente suportada pela democracia representativa, plural e aberta.

Desde o final da II Guerra Mundial que os povos europeus têm vindo a construir a União, com determinação, superando dificuldades, removendo obstáculos e, passo a passo, a concretizar a velha ideia e aspiração de uma Europa enquanto espaço económico e social comum e politicamente organizado para a defesa da paz, da liberdade, da democracia, dos direitos fundamentais.

O Tratado Constitucional que está a ser referendado em alguns países europeus e que também irá ser em Portugal é, assim, o corolário lógico deste longo e adquirido processo de construção europeia.

O Partido Socialista tem na sua matriz genética a ideia de uma Europa unida e participada, naturalmente, por Portugal. Este foi, como é sabido, o caminho aberto e encetado por Mário Soares desde o pedido de adesão em 1977 até à efectiva adesão de Portugal à então CEE, em 1985.

Por isso, sendo o Partido Socialista português genuinamente europeísta (ao contrário de outros que agora se reclamam de europeístas por razões débeis e pouco convictas), temos de nos empenhar militantemente na tarefa de divulgar a importância do Tratado Constitucional europeu, de informar a importância para Portugal deste texto e, em consequência, de apelar à participação na campanha que aí virá sobre o referendo e, claro, à necessidade de um voto “sim” dos portugueses.

O texto do Tratado Constitucional *define* a União, consagra os seus *valores* e estabelece os seus *objectivos* fundamentais, o que convém relembrar.

Assim, a União define-se como um conjunto de Estados-membros que a ela aderem voluntariamente para construir um futuro comum e à qual os Estados-membros atribuíram as competências definidas no Tratado Constitucional. Além disso, o Tratado expressa e releva os valores que fundam a União e que são comuns aos Estados-membros (dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de Direito, respeito dos direitos fundamentais, incluindo os das minorias). E, finalmente, o Tratado estabeleceu os objectivos da União: a criação de um espaço de segurança e paz; um projecto de desenvolvimento sustentável e de coesão social; tudo no respeito pela diversidade cultural e linguística dos povos que a integram, sob o lema “Unida na Diversidade”.

Este é sem dúvida um enorme empreendimento – abarca 450 milhões de pessoas nos 25 Estados-membros – que importa não só concluir, e prosseguir através do Tratado Constitucional, mas também aperfeiçoar e continuar através do reforço das instituições políticas e do património cultural europeu. Por isso, à luz do Tratado Constitucional, a União passa a ter *personalidade jurídica*, elemento essencial para a sua afirmação e para o estabelecimento de um complexo de direitos e obrigações, quer no plano internacional (nas relações entre a União e os outros países e blocos), quer no plano interno (nas relações entre a União e os Estados-membros) quer, finalmente, no plano das relações entre a União e os seus cidadãos.

Para nós, portugueses, que regressámos definitivamente à Europa a partir da nossa integração e da qual a nossa democracia e o nosso desenvolvimento já muito beneficiaram, esta é uma viagem na “barca da Europa” sem regresso. E há mesmo quem considere que é uma questão de sobrevivência.

O referendo sobre o Tratado Constitucional e que em breve vai ser precedido pela inevitável revisão da nossa Constituição, será um momento de afirmação da responsabilidade maior consubstanciada no voto. A história de Portugal, a Europa, a coerência, o passado recente de Portugal como Estado-membro e o futuro fundamentam um convicção “sim” ao Tratado Constitucional para a Europa.



ARMANDO FRANÇA

Deputado à Assembleia da República

A história de Portugal, a Europa, a coerência, o passado recente de Portugal como Estado-membro e o futuro fundamentam um convicção “sim” ao Tratado Constitucional para a Europa.

AGARREM-ME ! OLH'ANESTESIA!!!

ANTOONIO COLAÇO

Marques Mendes acusou o Governo de andar a “anestesiá” o país.

Lusa

ONDE ESTÃO AS CONVICÇÕES DO DR. MARQUES MENDES QUANDO DIZIA QUE NINGUÉM NOS IA AGARRAR E QUE PORTUGAL, DEPOIS DE 2004, IRIA TER O MAIOR CRESCIMENTO DA EUROPA?!

Jorge Coelho, Lusa



FÓRUM "NOVAS FRONTEIRAS" PROMOVE CONVENÇÃO SOBRE EUROPA

Sinal de que a abertura do PS à sociedade civil não se esgotou com a última campanha eleitoral é o relançamento do Fórum "Novas Fronteiras", com a Europa e autarquias como novos temas de debate. Isto mesmo foi reafirmado no dia 6 pelo líder socialista, José Sócrates, antes de presidir à sessão do Conselho Coordenador, no Centro Cultural de Belém.

A realização de uma Convenção sobre a Europa, a par de um conjunto de debates sobre as temáticas europeias e autárquicas foram novidades anunciadas por António Vitorino.

O ex-comissário europeu sublinhou que numa altura em que passa o 20º aniversário da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE), "há que lançar grandes debates sobre temas europeus".

"Queremos que se faça um debate aprofundado sobre as consequências, as opções e o impacto da presença de Portugal na Europa nestes últimos 20 anos e não apenas sobre o Tratado Constitucional da União Europeia", disse.

António Vitorino adiantou depois que o "momento alto" desse debate terá lugar em Setembro, com a realização de uma Convenção sobre a Europa.

Quanto às convenções regionais e locais, referiu que estas visam "promover o diálogo entre os candidatos socialistas às câmaras e aqueles cidadãos que se mostraram disponíveis para colaborar no âmbito das 'Novas Fronteiras' na discussão da nova geração de políticas autárquicas".

Segundo o ex-comissário europeu, os debates a nível regional e local serão posteriormente traduzidos em documentos com conclusões, que serão

integrados nos programas eleitorais dos candidatos autárquicos do PS.

"Queremos que os candidatos apresentem programas com objectivo de melhoria da qualidade de vida das populações, das políticas públicas e com apostas no desenvolvimento tecnológico e na cultura", acrescentou.

Para além do coordenador António Vitorino e do mandatário nacional Gomes Canotilho, participaram nesta sessão do "Fórum "Novas Fronteiras" Augusto Santos Silva, Manuel Pinho, Mariano Gago, João Ferrão e Carlos Lage.

Questionado pelos jornalistas à entrada para a reunião sobre a questão do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, José Sócrates reiterou a ideia de que o PS apresentará a 15 de Setembro na Assembleia da República "um segundo projecto de resolução para que essa consulta se realize".

O chefe do Governo afirmou ainda que irá participar este mês, na qualidade de secretário-geral do PS, em acções de campanha pelo "sim" no referendo em França ao Tratado Constitucional europeu, adiantando que "haverá em



breve em Portugal uma consulta" sobre a mesma matéria.

Candidatura de Guterres honra e prestigia Portugal

José Sócrates congratulou-se com a escolha de António Guterres para a fase

final do processo de selecção do novo alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), adiantando que é uma candidatura que "honra e prestigia Portugal e é aquela que melhor serve os interesses das Nações Unidas e do mundo". Falando aos jornalistas à entrada para a sessão de relançamento do Fórum "Novas

Fronteiras", no Centro Cultural de Belém, o primeiro-ministro reafirmou ser "fã da candidatura de António Guterres", afirmando que o "Governo português vai continuar a fazer tudo o que tem feito até agora, ou seja, desencadeando todos os esforços que estiverem ao nosso alcance".

J. C. CASTELO BRANCO



No encontro com o Presidente Putin, em Moscovo, por ocasião das comemorações do 60º aniversário do fim da II Guerra Mundial, José Sócrates recebeu o apoio da Rússia à candidatura de Guterres a alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados

VITORINO COORDENA CAMPANHA PELO "SIM" NO REFERENDO EUROPEU

O PS já escolheu cerca de 95 por cento dos seus candidatos a presidentes de câmaras, informou Jorge Coelho no final da reunião da Comissão Política de 12 de Maio, tendo também anunciado que a campanha eleitoral para as autarquias deverá entroncar com a campanha pelo "sim" no referendo sobre o tratado da Constituição europeia que vai decorrer sob a coordenação de António Vitorino. No que respeita ao processo para a escolha dos candidatos autárquicos, o coordenador da Comissão Permanente do PS, sem especificar uma data, disse que o partido "vai concluí-lo dentro de pouco tempo".

Nas declarações que fez aos jornalistas, Jorge Coelho adiantou que o PS tem como primeiro objectivo autárquico "ter mais votos do que o PSD" e, em segundo

lugar, "aumentar o seu número de presidências de câmaras, sobretudo em termos de capitais de distritos e nos maiores municípios do país". Antes de



se referir à eventualidade da actual vice-presidente da bancada do PS, Maria de Belém, se candidatar à presidência da Câmara de Oeiras, Coelho referiu-se a

algumas das grandes apostas do partido. "O PS vai fazer apostas fortes em Lisboa, Porto, Sintra e Oeiras, entre outros concelhos", declarou. Sobre Maria de Belém que foi convidada pelo secretário-geral, José Sócrates, e pelo coordenador autárquico, a candidatar-se presidência da Câmara de Oeiras, Jorge Coelho disse compreender que a ex-ministra da Saúde do primeiro Governo de António Guterres "esteja em fase de ponderação em relação ao convite que lhe foi formulado". "Estou convencido que Maria de Belém vai aceitar ser candidata e, segundo todos os estudos, tem todas as hipóteses de vencer, porque o concelho de Oeiras é bom de mais para ter dois candidatos

do PSD envolvidos numa guerra sem tréguas", sustentou Jorge Coelho. O coordenador da Comissão Permanente do PS adiantou ainda que "vários membros do Governo serão candidatas a presidências de assembleias municipais", mas recusou-se a adiantar nomes de elementos do executivo que se envolverão nas próximas eleições autárquicas. Sobre a eleições presidenciais, Jorge Coelho considerou-as "importantíssimas", salientando que "a esquerda e, em particular, o PS têm a obrigação de apresentar um candidato que defenda os seus princípios. A seu tempo, o PS vai empenhar-se nessa eleição, apoiando um candidato ganhador".

FÉRIAS JUDICIAIS MAIS CURTAS JÁ EM 2006

A redução do período de férias judiciais de Verão para um mês foi aprovada em Conselho de Ministros, tendo o ministro da Justiça adiantado que a "medida entra em vigor em 2006".

A medida insere-se num "Plano de Acção para o Descongestionamento dos Tribunais" que engloba também a modificação do regime jurídico do cheque sem provisão, a alteração do regime do pagamento dos prémios de seguro e a mudança do regime fiscal dos créditos incobráveis, entre outras medidas recentemente anunciadas pelo primeiro-ministro no debate mensal na Assembleia da República.

Sobre a redução das férias judiciais de Verão, o comunicado do Conselho de Ministros refere que "com esta medida, procura-se retirar o máximo rendimento dos recursos humanos e materiais actualmente empregues, aumentando a produtividade dos tribunais, e em consequência a qualidade do serviço prestado" aos cidadãos.

No encontro com a Comunicação Social, o ministro da Justiça, Alberto Costa, disse que em outros países europeus as férias judiciais de Verão são reduzidas e que o Governo encontrará soluções para que, mesmo durante o mês de Agosto, os tribunais assegurem os seus serviços aos cidadãos.

Questionado se todos os oficiais de justiça e magistrados adstritos aos tribunais teriam de futuro de gozar férias no mês de Agosto, o ministro lembrou que existem outros períodos de férias judiciais (Natal e Páscoa), pelo que o Executivo irá apresentar soluções que "tenham consenso" dos operadores judiciários.

Quanto ao regime do cheque sem provisão, a proposta de lei a remeter ao Parlamento descriminaliza o cheque que



não se destine ao pagamento de quantia superior a 150 euros, passando os bancos a estar obrigados a pagar os cheques "carecas" inferiores àquele valor.

Segundos dados estatísticos, sete por cento das acusações dizem respeito a cheques sem provisão, pelo que o ministro da Justiça espera com esta e outras medidas descongestionar os tribunais e recuperar recursos humanos que estavam adstritos àquelas tarefas.

Alberto Costa estima que só na área dos cheques sem provisão estejam adstritos 20 magistrados e 40 funcionários judiciais. Outra das medidas aprovadas converte

as transgressões e as contravenções ainda existentes, cujos processos exigem a intervenção do tribunal, em contra-ordenações, que passam a ser resolvidas por entidades administrativas com atribuições nas respectivas áreas. Com isto, pretende-se retirar cerca de 12 cento dos processos existentes em alguns tribunais, libertando capacidades humanas para outras áreas, explicou o governante.

No capítulo da modificação do regime fiscal dos créditos incobráveis, uma das medidas aprovadas pelo Governo estabelece que "os créditos reclamados

em acções judiciais pendentes durante um período superior a um ano sem decisão judicial possam ser aceites para efeitos fiscais, até um determinado limite, mediante desistência do pedido".

Outra das medidas pretende "assegurar um tratamento específico", no âmbito dos tribunais, aos litigantes de massa, incluindo a previsão de decisões judiciais que abrangem vários processos. Foi também introduzida a regra da competência territorial do tribunal da comarca do réu para as acções relativas ao cumprimento de obrigações, o que permitirá

desanuiar alguns tribunais situados na área das empresas que movem milhares de processos contra clientes.

No âmbito do regime do seguro de responsabilidade civil automóvel, o Governo decidiu introduzir uma alteração que passa a fazer depender a eficácia do contrato, na generalidade dos casos, do pagamento do prémio ou fracção, por forma a prevenir as numerosas acções judiciais cuja existência se deve apenas à renovação automática do seguro, independentemente do pagamento.

Linhas de crédito para minorar prejuízos da seca

Face ao período de seca que se faz sentir em Portugal, o Conselho de Ministros deu luz verde à criação de linhas de crédito de curto prazo para financiamento das entidades do sector pecuário extensivo criadoras de bovinos, ovinos caprinos, bem como das entidades se dediquem à apicultura e das pessoas singulares ou colectivas do sector hortofrutícola.

O Executivo socialista estabeleceu também o regime aplicável por força da caducidade de alvarás e licenças aos estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos, por forma a incentivar a salvaguardar a segurança dos trabalhadores e de todas as pessoas e bens que se encontram na sua envolvente geográfica.

Com a proximidade da abertura da época balnear, aprovou-se na generalidade um diploma que estabelece o regime jurídico da assistência nos locais destinados aos banhistas, de forma a assegurar que os concessionários das praias mantenham a responsabilidade pela contratação dos nadadores salvadores e respectiva prestação de serviços.

COMBATE À BUROCRACIA

CRIAÇÃO DE EMPRESAS NUM SÓ DIA

A possibilidade de criação de uma empresa "na hora" a partir de Junho, um documento único automóvel em Outubro e o cartão do cidadão para 2006 foram três "medidas emblemáticas" de combate à burocracia anunciadas no dia 10 pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na tomada de posse da coordenadora da Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa.

A primeira medida refere-se à simplificação e redução dos actos e diligências para a constituição jurídica de empresas, que entrará em vigor ao longo do mês de Junho e dará a possibilidade a todos os que queiram constituir empresas de o fazerem no momento.

A segunda, prevista para Outubro, é a criação do documento único automóvel. Assim, os automobilistas deixam de ter dois documentos – registo de propriedade e o livrete – e passam a usar apenas esse documento único.

A terceira medida respeita ao cartão comum do cidadão, que vai ser criado em 2006 e reúne as informações de



identificação civil, de contribuinte, do utente de saúde e do eleitor.

No discurso que fez na cerimónia de posse de Maria Manuel Marques, o primeiro-

ministro afirmou que o combate à burocracia é a principal prioridade da Administração Pública porque a burocracia do Estado é o principal inimigo do de-

envolvimento da economia e do país.

"O grande desafio da Administração Pública é a qualidade", disse, acrescentando que "um Estado forte é aquele que

tem uma administração eficiente e ao serviço do cidadão".

Por isso, frisou, "o nosso desafio é claro, temos que melhorar a Administração Pública e torná-la mais amiga do desenvolvimento e do cidadão".

Quanto à nova unidade de missão, o primeiro-ministro explicou que esta tem como objectivo a simplificação e modernização da Administração Pública. A coordenadora da Unidade de Missão de Coordenação da Modernização Administrativa, professora universitária e investigadora de Coimbra, propôs-se fazer com que a Administração Pública deixe de ser uma dor de cabeça para os cidadãos e uma barreira para os empresários.

"Não se trata de uma missão impossível", disse, defendendo a importância de se aumentar a confiança dos cidadãos na sua Administração e a auto-estima e responsabilidade dos funcionários que a prestam. As prioridades vão ser a satisfação dos utentes, o aumento da produtividade e a procura de melhores parceiros para a Administração Pública.

MEDIDAS CONTRA A SECA

ACCELERAR ALQUEVA PARA EVITAR PROBLEMAS FUTUROS

O primeiro-ministro reafirmou a decisão do Executivo socialista de acelerar o projecto de Alqueva para evitar problemas no futuro, reconhecendo o "momento difícil" que o Alentejo atravessa devido à seca.

No largo central da vila de Alandroal, onde foi recebido em ambiente de festa por centenas de populares, José Sócrates reiterou as "medidas estruturantes" para garantir que os problemas relacionados com a falta de água deixem de existir.

Entre as medidas avançadas conta-se a aceleração das obras no empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, sobretudo nas áreas do regadio e do abastecimento público de água.

Num concelho abrangido pela barragem de Alqueva e localizado próximo da fronteira, o chefe do Governo socialista comprometeu-se ainda a avançar em Junho com a revisão do plano de ordenamento do empreendimento como forma de permitir a compatibilização entre a defesa do ambiente e o desenvolvimento económico, sobretudo do sector turístico. Aproveitando a inauguração da obra de restauro e ampliação do edifício dos Paços do Concelho de Alandroal, Sócrates prestou igualmente homena-



gem ao poder local, frisando que "o país precisa de autarquias empenhadas na melhoria da qualidade de vida".

"As câmaras municipais ainda são mais importantes em concelhos do interior", disse, sublinhando a urgente necessi-

dade de combater as assimetrias regionais entre o interior e o litoral. Por sua vez, a autarca local, João Nabais,

aproveitou a presença do governante para enumerar as suas preocupações relativas às áreas da saúde, educação e desenvolvimento económico, queixando-se da falta de apoios financeiros do anterior Executivo PSD/CDS-PP.

Nabais pediu ainda ao primeiro-ministro o levantamento da interdição à navegação constante no Plano de Ordenamento da Albufeira de Alqueva, uma medida que considerou da "maior importância para o concelho".

O edil socialista anunciou ainda um projecto de investimento estrangeiro para o Alandroal, que permitirá criar cerca de 200 postos de trabalho e será destinado ao fabrico de componentes electrónicas para aeronaves, defendendo também este projecto como forma de participação no Plano Tecnológico.

Além de inaugurar as obras dos Paços do Concelho, que custaram mais de um milhão de euros, o primeiro-ministro inaugurou ainda uma mostra constituída pelas fotografias de todos os presidentes do município local desde 1910.

No périplo do passado dia 7 pelo Alentejo, Sócrates visitou a feira de agropecuária Ovideja, que terminou, um dia depois, em Beja.

CONCERTAÇÃO SOCIAL

CONTRATAÇÃO COLECTIVA É "MATÉRIA URGENTE"

José Sócrates anunciou que o Governo vai apresentar aos parceiros sociais, "num prazo relativamente curto", uma proposta de alteração legislativa com vista à aplicação efectiva da contratação colectiva.

"Queremos que as convenções celebradas há muitos anos caduquem, mas também que esses acordos sejam substituídos por novos e não por vazios contratuais", sublinhou o primeiro-ministro à saída da primeira reunião de concertação social em que participaram igualmente os ministros do Trabalho e da Solidariedade Social, das Finanças e Administração Pública, Economia e Agricultura. O chefe do Executivo socialista garantiu que a contratação colectiva é uma "matéria urgente" e acrescentou que a tutela "não vê com bons olhos o seu bloqueamento" porque ele "é prejudicial para a competitividade".

Assim, mesmo que não se consiga consenso entre os parceiros sociais, o Governo levará esta revisão "urgente" e "pontual" avante, baseado nas opiniões que já recolheu junto das centrais sindicais e os patrões.

A reunião do passado dia 4 serviu ainda para definir uma estratégia negociada para a concertação social que passa pela abordagem dos problemas por blocos temáticos, nomeadamente: a reforma das relações laborais, emprego e formação,

segurança, higiene e saúde no trabalho, produtividade e competitividade, segurança social, combate à fraude e à evasão fiscal, reforma da administração pública e criação do Centro de Relações de Trabalho.

Em matéria de Segurança Social, José Sócrates salientou a necessidade de avançar com medidas que garantam a sua sustentabilidade e a convergência entre os sistemas público e privado.

Mais incentivos à contratação colectiva

O Governo divulgou também a sua determinação em introduzir no Código do Trabalho incentivos para a dinamização da contratação colectiva, de modo a que os patrões cheguem a acordo com os trabalhadores.

A indicação foi dada pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, no final do encontro com os parceiros sociais.

O governante adiantou igualmente que o Executivo do PS se compromete a finalizar até Junho o debate na concertação social sobre a contratação colectiva para, posteriormente, entregar a proposta de alteração legislativa na Assembleia da República.

"Esta revisão será pontual para realizar as mudanças de urgência, mas no prazo de



um ano, será avaliado o impacto da legislação", disse, informando ainda que as conclusões deste estudo serão apresentadas num Livro Branco das Relações Laborais, prevendo-se nessa altura "uma intervenção mais profunda do Código de Trabalho".

A proposta de alteração legislativa, que vai ser entregue aos parceiros sociais até ao dia 18 de Maio, dividiu confederações patronais e centrais sindicais, com os primeiros a desdramatizarem e os segundos a acolherem de bom grado a iniciativa governamental.

Após ter apresentado um balanço positivo da contratação colectiva no primeiro quadrimestre de 2005 (82 convenções

publicadas e 636.175 trabalhadores abrangidos), o secretário-geral da UGT, João Preença, realçou que os acordos celebrados no âmbito do sector dos transportes e indústria continuam por actualizar.

"É fundamental criar condições para não haver vazios na negociação, queremos uma negociação mais rica, o que passa pela revisão do Código de Trabalho", afirmou Preença, para de seguida realçar o empenhamento manifestado pelo Governo na concertação social.

Total abertura e motivação

Entretanto, no Parlamento, o titular da

pastas do Trabalho voltou a afixar o empenhamento do Governo neste processo, considerando-o essencial para a qualidade e eficácia do sistema de relações laborais.

"Tudo faremos para promover a contratação colectiva", assegurou durante uma intervenção no plenário da Assembleia da República que assinalou a retoma dos trabalhos da Comissão Permanente da Concertação Social, num processo que é encarado pelo Executivo de José Sócrates com "total abertura e motivação".

"A estratégia que o Executivo propôs, e que mereceu o acolhimento generalizado dos parceiros sociais, é uma estratégia ambiciosa e realista", declarou Vieira da Silva, acrescentando: "Acordamos discutir e procurar consensos sobre matérias específicas".

Vieira da Silva adiantou ainda que o Governo vai criar um Centro de Relações de Trabalho "visando a dinamização da contratação colectiva".

"Esta, já o disse e quero repeti-lo, é a mais urgente das prioridades, não só para a revisão do Código do Trabalho, mas para toda a qualidade e eficácia do nosso sistema de relações laborais", afirmou.

Refira-se, por último, que a próxima reunião do Governo com os parceiros sociais está agendada para o dia 25 de Maio.

ENSINO SUPERIOR

ATRIBUIÇÃO DE GRAUS ACADÉMICOS VAI MUDAR

O financiamento público continuará a abranger as licenciaturas e os mestrados, afirmou o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, garantindo ainda que se manterá a acção social escolar para estes dois graus de ensino.

Mariano Gago falava na Assembleia da República durante o debate da proposta do Governo de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada com os votos favoráveis do PS e PSD e a abstenção das restantes bancadas, que prevê uma nova organização dos graus académicos do Ensino Superior.

Na sua intervenção, o ministro realçou também a possibilidade de os institutos superiores politécnicos poderem, pela primeira vez, vir a atribuir o grau de mestre. A proposta de lei do Governo prevê que o grau de mestre possa também ser atribuído pelos institutos politécnicos, enquanto o grau de doutor só poderá ser atribuído pelas universidades.

Segundo referiu Mariano Gago, "os doutoramentos são preparados em instituições de investigação, mas quem define o júri, quem faz o exame e quem acredita são as universidades", realçando que as aspirações de "um bom politécnico" não devem ser de querer ser uma universidade. O ministro frisou também o "empenho do Governo" no reforço da qualificação do pessoal docente, nomeadamente nos politécnicos.

O diploma do Governo prevê a adopção de um modelo de Ensino Superior



assente em três ciclos equivalentes aos graus de licenciado, mestre e doutor, à semelhança do que acontece no espaço europeu.

Segundo o documento, deixa de existir o grau de bacharel e o primeiro ciclo de estudos superiores passa a corresponder ao grau de licenciado, tendo a duração

de três ou quatro anos.

A alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo implicará ainda mudanças na Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior.

Por exemplo, no caso das profissões que exijam os cinco anos de estudos superiores (licenciatura e mestrado), o

valor das propinas do segundo ciclo será igual ao do primeiro.

Com a aprovação desta proposta de Lei, o Governo torna possível a aplicação em Portugal do Processo de Bolonha, um compromisso assumido em 1999 pelos Estados da União Europeia para a criação, até 2010, de um "espaço europeu do

Ensino Superior".

Recorde-se que o processo de Bolonha tem como um dos objectivos centrais facilitar a mobilidade e a empregabilidade dos estudantes na Europa, tornando equivalentes os graus académicos atribuídos em todos os Estados-membros.

O QUE PROPÕE O GOVERNO

Três graus académicos em três ciclos de estudo

O 1º ciclo de estudo, conducente ao grau de licenciado, completa-se ao fim de seis a oito semestres curriculares de trabalho (três a quatro anos). O 2º ciclo corresponde ao mestrado e pode ter a duração de três a quatro semestres (ano e meio a dois anos). O 3º ciclo de estudos confere o grau de doutor.

Doutoramentos reservados às universidades

Os institutos politécnicos passam a poder conferir o grau de mestre, mas o de doutor é reservado ao ensino universitário.

Alargamento do acesso ao ensino superior

A idade de candidatura ao ensino superior para quem não tem o secundário baixa dos 25 para os 23 anos, através de provas específicas, realizadas pelas instituições de ensino superior. A experiência profissional e/ou pós-secundária deve ser reconhecida, através da concessão de créditos.

Propinas para os mestrados diferenciadas

Lei do financiamento do ensino superior vai sofrer alterações. Se o mestrado for integrado (caso da formação em Medicina ou Arquitectura, em que se prevê um único ciclo de estudos com a duração de cinco a seis anos), as propinas são fixadas em moldes idênticos aos que são praticados para as licenciaturas. Os restantes casos são remetidos para regulamentação futura, e a fixação tanto pode ser limitada pelo Estado – se o 2º ciclo for necessário ao exercício da actividade profissional –, como manter-se livre.

RENDAS ANTIGAS VÃO SER ACTUALIZADAS EM CINCO ANOS

A actualização da generalidade das rendas antigas para valores de mercado vai ser feita num período de cinco anos, no âmbito da nova lei do arrendamento urbano que será discutida com as associações de proprietários e inquilinos, anunciou o secretário de Estado da Administração Local.

Falando à margem das conferências da AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas, Eduardo Cabrita frisou, contudo, que este "período padrão" deverá ser ajustado em função da idade e da situação socioeconómica dos inquilinos e proprietários.

Nestes "sectores mais débeis", afirmou, o mecanismo de renda condicionada, que limita os aumentos, terá "espaço de intervenção".

O secretário de Estado explicou ainda que, como já propunha o PS durante a discussão da anterior reforma do arrendamento urbano, a correcção das rendas será feita em função da avaliação dos prédios para efeitos de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), e não com base em negociação entre as partes como previa o projecto do anterior Governo.

Segundo Eduardo Cabrita, trata-se de uma reforma "decidida, ousada, gradualista e acompanhada", que pretende conjugar "o direito à habitação, a renovação urbana e a justa remuneração do investimento dos proprietários". Também nos arrendamentos para comércio e serviços, adiantou Eduardo Cabrita, será feito um "faseamento do período de actualização das rendas antigas".

Três meses depois de aprovada a reforma do arrendamento, o Governo vai avançar com medidas de incentivo à reabilitação urbana, prometeu ainda. Outra área em que o Governo pretende intervir, conforme já previa o programa, é a do arrendamento social que, como frisou Eduardo Cabrita, "tem em Portugal um papel limitado", cerca de 4 por cento, e inferior à média europeia, que se situa nos 14 por cento.



COMUNICAÇÃO SOCIAL

GOVERNO ANUNCIA NOVA ENTIDADE REGULADORA

A Alta Autoridade para a Comunicação Social vai ser extinta e substituída pela nova Entidade Reguladora do sector, um organismo que será constituído por cinco elementos, sendo quatro deles eleitos por dois terços na Assembleia da República e o quinto membro cooptado pelos seus pares, o que prova a clara aposta governamental na transparência e na isenção da tutela dos *media*.

Segundo o diploma aprovado no passado dia 12 pelo Executivo socialista, e que terá ainda de ser votado favoravelmente por uma maioria parlamentar de dois terços, os membros da Entidade Reguladora terão um mandato de cinco anos, não renovável.

Durante a conferência de Imprensa que se seguiu à reunião de Conselho de Ministros, o ministro dos Assuntos Parlamentares, que tutela o sector, explicou que a Entidade Reguladora terá a possibilidade de aplicar uma taxa às entidades reguladas, criando-se assim condições para que esta disponha de fontes de financiamento adicionais.

Tal como acontece actualmente com a Alta Autoridade para a Comunicação Social, a nova entidade continuará a ser financiada através de uma dotação orçamental e dos montantes recebidos quando são aplicadas "coimas ou outras sanções pecuniárias", referiu Augusto Santos Silva, acres-

centando porém que "as novas competências" da Entidade Reguladora e "o reforço da sua capacidade de acção" implicam a necessidade de um aumento "não excessivo" dos meios de financiamento.

Embora tenha adiantado que o montante e a forma de aplicação das taxas só serão conhecidos daqui a 60 dias, através da publicação de um decreto-lei, o ministro assegurou que "os novos suportes" de conteúdos de comunicação social – como os telemóveis – também deverão ser sujeitos à taxa de financiamento.

"Parte das taxas que os operadores de telemóveis pagam à Anacom (Autoridade Nacional das Comunicações) poderá ser transferida para a Entidade Reguladora", disse, exemplificando a forma como será cobrada a nova receita.

Por outro lado, acrescentou, "a utilização do espectro radioeléctrico" pelas rádios e televisões "é alvo hoje em dia de uma taxa", sendo que "parte desse valor pode ser usado para o financiamento" do novo organismo.

Provedor nos serviços públicos de rádio e TV

Ainda no sector da Comunicação So-

cial, o Conselho de Ministros aprovou uma proposta para a criação dos cargos de provedor do telespectador e do ouvinte no âmbito dos serviços públicos de televisão e radiodifusão. O Governo decidiu igualmente avançar com uma proposta no sentido de alterar os códigos de IRS, IRC, IVA, a lei geral tributária e o regime complementar do procedimento de inspecção tributária. Entre as alterações propostas destaca-se a decisão de acabar com a inversão do ónus da prova, voltando a ser competência da administração tributária – e não ao contribuinte – a responsabilidade de provar que, numa determinada situação, se verificam pressupostos para o pagamento ao Estado de um imposto.

Em declarações à Imprensa e referindo-se à norma em que o ónus da prova compete ao contribuinte, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, afirmou que o Ministério das Finanças "fez uma avaliação negativa" sobre a execução dessa medida, aprovada pelo anterior Governo de coligação.

"Essa norma estava a potenciar litígios evitáveis entre os contribuintes e a administração tributária", sustentou.

XII CONGRESSO DO PS/MADEIRA

QUALIDADE DA DEMOCRACIA NA REGIÃO SÓ COM NOVO ESTATUTO E NOVA LEI ELEITORAL

A batalha “pela qualidade da democracia na região” passa por um novo Estatuto Político-Administrativo que “dignifique a autonomia” e por uma nova Lei Eleitoral “mais justa”, afirmou Jacinto Serrão, reeleito presidente do PS/Madeira, no final do XII Congresso Regional, realizado nos dias 7 e 8 de Maio, no Funchal, e que aprovou, por unanimidade, a sua moção de orientação política global intitulada “A Força da Mudança”. Os congressistas elegeram ainda o eurodeputado Emanuel Jardim Fernandes para presidente da Comissão Regional.

“Não deixaremos que o PSD-Madeira imponha a todos os madeirenses leis injustas que só servem para servir os seus interesses particulares e partidários”, disse, sublinhando que “o Sol nasce para todos”.

Por isso, assegurou, “o PS tudo fará para defender uma lei para todos os madeirenses e uma autonomia para toda a população da Madeira sem excepção”. Referindo que a democracia exige um estatuto político que contenha “um verdadeiro regime de incompatibilidades entre cargos públicos e interesses privados”, o líder do PS/Madeira defendeu que “a proposta de revisão do Estatuto que foi aprovada no Parlamento Regional pode e deve ser alterada na Assembleia da República, a bem da democracia da Madeira, doa a quem doer”.

E frisou, a propósito, que o PS já apresentou uma proposta de Lei Eleitoral “justa

e democrática” que respeita o princípio constitucional da proporcionalidade.

Ao contrário, disse, a “actual Lei Eleitoral é injusta e não reflecte a verdade dos votos. Os senhores do PSD tudo têm feito para manter esta Lei que é uma espécie de abono de família para o seu líder”.

PS concorre sozinho às câmaras da região

Por outro lado, referindo-se às próximas autárquicas, Jacinto Serrão reafirmou que o partido concorre sozinho às eleições de Outubro e anunciou oficialmente que o candidato dos socialistas à Câmara do Funchal é o economista e independente Carlos Pereira.

“O que nós vamos fazer é uma grande coligação com os madeirenses porque esse é o desejo do eleitorado”, disse,



acrescentando, no entanto, que o PS “não fecha as portas a um eventual entendimento com outros partidos, nomeadamente de partidos de esquerda, após as autárquicas”.

Na sua intervenção, o líder do PS/Madeira denunciou ainda o “nervosismo” do actual presidente da Câmara do Funchal, Miguel Albuquerque, face à popularidade de Carlos Pereira e por o seu nome não ter ainda sido validado por Alberto João Jardim.

“Ele está com medo, mas se não for convidado pelo seu partido a candidato à

Câmara do Funchal tem uma boa solução para mostrar o seu peso político - faça como os seus amigos Isaltino Morais e Valentim Loureiro e candidate-se”, disse. O presidente do PS-Açores e chefe do Governo Regional, Carlos César, convidado a intervir no encerramento do Congresso, saudou a unidade dos socialistas madeirenses, salientando que “integrar um partido na oposição em condições especiais difíceis é um acto de grande coragem”.

Classificou o PS como o partido do respeito pela pluralidade e apelou os

madeirenses a não terem medo da mudança. “Agora que os socialistas estão a crescer na Madeira e que o seu adversário principal está a decrescer, é altura de todos nós sermos aquilo que somos, em todos os lugares”, afirmou. Para Carlos César, os socialistas têm de dizer “de uma forma muito clara aos madeirenses que o PS, uma vez no Governo Regional, fará aos outros o que gostaria que lhe tivessem feito”, ou seja, “consideração e respeito de forma a ser o mais poderoso estímulo para a liberdade e participação de todos”.

MADEIRA

AUTONOMIA REGIONAL LIMITADA POR CULPA DO PSD

A Madeira ficou limitada na sua autonomia ao perder a competência exclusiva de revisão da lei eleitoral, acusou o PS, que responsabilizou o PSD/Madeira por “não ter sido capaz” de apresentar um diploma que respeitasse a Constituição. “Se a Madeira ficou a perder do ponto de vista autónómico, a culpa recai inteiramente no PSD/Madeira e no Parlamento regional”, afirmou o deputado socialista Jacinto Serrão, numa conferência de Imprensa na Assembleia da República, em que o PS apresentou o seu projecto para rever a lei eleitoral madeirense.

O projecto apresentado é o mesmo que o PS/Madeira defendeu na Assembleia Legislativa Regional e propõe a criação de 11 círculos concelhios mais um círculo de compensação, de forma a permitir aos pequenos eleger deputados. “Este modelo garante o princípio da proporcionalidade e da proximidade entre eleito e eleitor”, sublinhou Jacinto Serrão.

De salientar que o Parlamento aprovou, com os votos contra do PSD e favoráveis de todos os outros partidos, um parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais que conclui que a Madeira não cumpriu o prazo de seis meses estabelecido na revisão constitucional do ano passado para enviar à Assembleia da República uma proposta de alteração da lei eleitoral da região.

A proposta enviada pela Assembleia Legislativa Regional da Madeira centrava-se na revisão do estatuto político-administrativo mas continha alterações à lei eleitoral, o que motivou o parecer elaborado pelo deputado socialista Vitalino Canas.

“A proposta não preencheu os requisitos constitucionais. A iniciativa de revisão da lei eleitoral não passou em exclusivo para a região autónoma, mantém-se concorrencial”, explicou Vitalino Canas, na conferência de Imprensa.



Para o vice-presidente da bancada do PS, no entanto, o projecto da Assembleia Legislativa Regional da Madeira apenas poderá juntar-se às propostas do PS (e às já entregues do PCP e BE) de revisão da lei eleitoral “se o PSD cindir em dois o diploma”.

É que, explicou, “como está, não creio que possa ser discutido”, salientando que o projecto enviado pelo Parlamento regional trata sobretudo do estatuto político-administrativo da Madeira.

Além de criticar a forma como decorreu o processo no Parlamento regional, o deputado Jacinto Serrão, eleito pelo círculo da Madeira, atacou também a lei eleitoral em vigor.

“Há trinta anos que esta lei eleitoral beneficia o partido no poder e distorce fortemente o princípio da proporcionalidade. Tem sido o abono de família para Alberto João Jardim garantir as suas maiorias absolutíssimas”, disse.

BREVES

O Fórum para o Desenvolvimento do Concelho de Serpa teve a sua primeira reunião no passado dia 13, para traçar as linhas de orientação do trabalho sobre o diagnóstico e a criação de alternativas para "um verdadeiro desenvolvimento sustentado que possa dar perspectivas de futuro aos cidadãos do concelho".

O fórum tem por objectivo alertar as populações para "os problemas humanos, de desenvolvimento e ambientais e para a falta de projecto estratégico que revelam as iniciativas da Câmara de Serpa, desgastada por duas décadas de exercício do poder mantidas à custa de obras de fachada e de criação de dependências às pessoas do concelho".

A Federação do PS/Guarda congratulou-se com as decisões tomadas pelo do Governo de "retomar de imediato o projecto de requalificação e ampliação do Hospital Sousa Martins, na Guarda, que tinha sido abandonado pelos governos PSD/PP", e de "avançar com o concurso de adjudicação da empreitada do Hospital de Seia".

Em comunicado, os socialistas da Guarda sublinham que "estas decisões vêm, não só, de encontro aos compromissos eleitorais do PS, como de encontro às legítimas aspirações e ambições da população do distrito".

PS-Veteranos é uma nova estrutura informal, formada por núcleos totalmente autónomos de militantes socialistas com mais de 65 anos e largos anos de participação na vida interna do partido. Os núcleos, que se podem formar espontaneamente, deverão ter um mínimo de três militantes, podendo emitir comunicados e actuar em conformidade com as suas próprias regras.

Impulsionado por Viriato Wolfango e António Brotas, o PS-Veteranos procurará estar presente em reuniões e comemorações levadas a cabo pelo PS, divulgar ideais, críticas e opiniões, participar em debates, estimular as participações individuais em grupos de trabalho e centros de estudo e colaborar em acções do PS, nomeadamente em eleições, com a condição dos seus contributos serem efectivamente tidos em conta.

O núcleo 1 do PS-Veteranos aproveitou o jantar promovido pelas secções da Penha de França, Almirante Reis e São João/Beato/Alto Pina de apoio a Manuel Maria Carrilho para noticiar a sua existência e divulgar um comunicado.

A VII Festa da Aldeia do Cano, que congrega todos os socialistas do litoral alentejano, vai realizar-se no próximo domingo, dia 22, a partir das 13 horas. A festa deste ano, centrada na eleições autárquicas de Outubro, contará com a presença de diversos candidatos do litoral alentejano, bem como dos deputados eleitos pelo círculo de Setúbal, presidentes de câmara e de juntas de freguesia da região. Como habitualmente, estarão também presentes a presidente da Federação de Setúbal e os líderes das concelhas e secções do PS do Alentejo litoral.

MULHERES SOCIALISTAS

MARIA MANUELA AUGUSTO NA CORRIDA À PRESIDÊNCIA

A promoção de um debate participado, vivo e dinâmico que contribua para a valorização da causa da igualdade de género e uma aposta numa maior articulação com os departamentos federativos, de forma a estabelecer-se um verdadeiro elo de ligação descentralizado, foram ideias-chave avançadas pela camarada Maria Manuela Augusto na apresentação da sua candidatura à liderança do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS).

Na sessão que decorreu no dia 9, no Largo do Rato, Maria Manuela Augusto referiu que a sua candidatura, que conta já com o apoio de sete dos dez departamentos federativos de mulheres e de 75 por cento das deputadas socialistas, pretende que o DNMS seja "um projecto colectivo em que participam de forma activa todas as militantes".

Para atingir tal objectivo, defendeu ser necessário "trabalhar em rede com todas as federações e outras organizações, numa saudável parceria", no quadro de "um projecto de mulheres, com os homens, que não se conformam o actual modelo de organização social".

Salientando que hoje "a sociedade impõe às mulheres que se desdobrem em múltiplas tarefas, de forma a poderem conciliar a sua vida familiar com a participação cívica e política", Maria Manuela Augusto considerou que face a este contexto é "preciso agir e intervir, tendo como objectivo alcançar a igualdade de género".

Mas, frisou, "uma nova mentalidade só se conseguirá com mais conhecimento e educação, modo a alcançar-se uma mudança de forma sólida e consistente". Por isso, adiantou, "a nossa aposta é a educação para a igualdade, com novas formas de agir e novos rostos", no âmbito



de uma luta persistente por um "modelo de organização social diferente, que conduza a mais bem-estar e igualdade de género, que é uma tarefa de todos, entidades públicas e privadas".

E defendeu ainda que as questões da igualdade de género "têm de estar, mais do que nunca, no centro da agenda política".

Maria Manuela Augusto fez ainda questão de frisar que a Comissão de Honra da sua candidatura, que "cresce a cada minuto", conta já com nomes como Edite Estrela, Celeste Correia, Maria do Carmo Borges e Maria Carrilho, entre outras destacadas militantes socialistas.

E anunciou que está a ser elaborado um programa de candidatura que vai ser divulgado em breve por todas as federações do país. "Vamos de norte a sul levar a nossa mensagem e explicar a razão da nossa candidatura, que quer mais energia, descentralização e intervenção na acção política por uma efectiva igualdade de género", disse.

Actual vereadora da Câmara Municipal de Oeiras e membro do Secretariado Executivo do Departamento das Mulheres da FAUL e do Conselho Consultivo do DNMS, Maria Manuela Augusto, 49 anos, natural de Gaia, é licenciada em História pela Universidade Clássica de Lisboa, possuindo ainda pós-graduações em Ciências da Educação e Educação Ambiental.

Com um vasto currículo político, a candidata à liderança das mulheres socialistas foi deputada à Assembleia da República, assessora do ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho e adjunta do secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, Fausto Correia, no XIV Governo constitucional, e membro da Assembleia de Freguesia de Algés, durante dois mandatos.

Recorde-se que o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas vai eleger, nos próximos dias 3 e 4 de Junho, a sua presidente e respectivo Conselho Consultivo.

J. C. CASTELO BRANCO

REGULARIZE AS SUAS QUOTAS

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;

2. Transferência bancária

Conta: BCP-NOVA REDE
PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o nº de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000... + N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)

MONTANTE
Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur
Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.

Em caso de dúvida, contacte-nos pela

Linha Azul

808 201 695

PS REORGANIZA-SE NA ALEMANHA

O Partido Socialista na Alemanha aprovou, num plenário de militantes realizado em Dortmund, no dia 7 de Maio, um novo modelo de organização interno, criando para o efeito três estruturas regionais (Norte, Centro e Sul) que coordenarão as actividades e a expansão das secções a novos militantes, tornando assim o PS mais operacional e presente junto da comunidade.

O plenário dos militantes, que foi especificamente marcado para lançar e reorganizar o PS na Alemanha, contou com a presença do director do Departamento de Comunidades do PS, Paulo Pisco, que moderou o encontro

em que foram também eleitos os coordenadores para cada uma das regiões, que irão assegurar interinamente a gestão das respectivas estruturas até à realização do próximo congresso federativo.

Os coordenadores eleitos para esta estrutura, que substituí o ex-presidente da Federação, são: José Amaral para a região Sul, que abrange as áreas consulares de Stuttgart e Frankfurt, Alfredo Pina, para a região Centro (área consular de Dusseldorf) e Nelson Rodrigues, para a região Norte (área consular de Hamburgo/Osnabrück).

No âmbito das iniciativas a desenvolver,

a coordenação da região Sul irá promover, em colaboração com o SPD, um fórum para sensibilizar a comunidade para a necessidade de apostar na qualificação profissional e no aproveitamento escolar dos jovens, como forma de combater o crescente desemprego que está a afectar os portugueses em virtude da crise económica e social que actualmente afecta a Alemanha.

Foi igualmente aprovado realizar um novo plenário de militantes em Outubro ou Novembro, para avaliar os progressos entretanto realizados na reorganização do partido, realização de iniciativas e entrada de novos militantes.

SÓCRATES CONFIA NO TALENTO DE ASSIS PARA VENCER NO PORTO

Político de primeiro plano e talento da política, Francisco Assis é o rosto da mudança para o desenvolvimento e progresso do Porto.

Apresentada formalmente a sua candidatura pelo secretário-geral do PS, José Sócrates, o futuro presidente da câmara portuense advoga, para um novo ciclo de desenvolvimento, o diálogo e a cooperação entre os agentes económicos, sociais e políticos da cidade.

Inverter o ciclo de “declínio, paragem e apatia” a que foi votado o Porto sob gestão do PSD é o desafio de Francisco Assis, o candidato à câmara da Invicta que o líder socialista, José Sócrates, descreveu como “do melhor que o país político tem, com uma inteligência vibrante, com cultura, preparação e experiência”.

Ao falar na cerimónia pública de formalização da candidatura socialista à presidência da edilidade portuense, o secretário-geral do PS considerou que nos últimos quatro anos o Porto viveu “uma gestão cinzenta”, com o Rui Rio a persistir na “versão local do discurso da tanga feito a nível nacional por Durão Barroso”.

Sócrates acusou o autarca do PSD de ter passado “quatro anos a queixar-se da cidade e dos portuenses, perguntando porque não era possível fazer nada, em vez de fazer”.

A ambição socialista, é, apontou, executar a mudança e dar à Área Metropolitana do Porto e ao Norte “uma

liderança política, com projectos de desenvolvimento”, tarefa para a qual indicou Francisco Assis como “o nome ideal”.

“Foi o mais jovem presidente de câmara do país, o mais jovem membro do secretariado nacional do PS, o mais jovem líder parlamentar do Partido. É um talento da política”, frisou Sócrates, para quem “o Porto precisa de um político de primeiro plano”.

O líder do PS salientou ainda as “qualidades humanas” do candidato socialista, em particular a “coragem”, recordando “a forma como, em nome do PS, geriu o *dossier* de Felgueiras”. Por sua vez, Francisco Assis sublinhou que “existe hoje em Portugal um Governo com rumo, e à sua frente está um homem com coragem e ousadia”.

“Gostaria que o que se passou no país também aqui acontecesse”, afirmou. Reconhecendo que a batalha eleitoral de Outubro será difícil, Assis declarou contar com “os homens e mulheres de coragem e sentido de responsabilidade,



mesmo que nunca tenham sido próximos” do Partido, esclarecendo que “o que está em causa é saber se os portuenses querem uma cidade liderada por um projecto obsoleto ou por um projecto de mudança”.

Após advogar o diálogo e a cooperação entre agentes sociais, económicos e políticos, O candidato socialista insurgiu-se contra o tabu criado em torno do Futebol Clube do Porto”, assegurando, categórico, que não cederá a “qualquer tipo de promiscuidade “e, se vencer as autárquicas, fomentará

parcerias entre a autarquia e todas as instituições que projectam a cidade, incluindo as desportivas.

A apresentação da candidatura de Francisco Assis, que encheu o Pátio das Nações do Palácio da Bolsa, contou ainda com a presença do coordenador nacional autárquico do PS, Jorge Coelho e com a participação de notáveis personalidades independentes da cidade.

Licenciado em filosofia pela Faculdade de Letras do Porto, Francisco Assis, 40 anos, foi professor antes de assumir, em

1989, com 24 anos, a presidência da Câmara de Amarante, cargo que ocupou até 1995.

Também em 1989 integrou a comissão política nacional e em 1992 tornou-se no mais jovem secretário nacional do Partido.

Em 1997, com 32 anos, foi eleito presidente da bancada socialista na Assembleia da República, função que desempenhou até 2002, tendo no ano seguinte sido eleito presidente da Federação do Porto do partido. É deputado no Parlamento Europeu.

PORTO

PS APRESENTA SOLUÇÃO PARA O TÚNEL DE CEUTA

Francisco Assis propôs que o túnel de Ceuta desemboque no lado norte do Hospital de Santo António, junto ao Jardim do Carregal, como alternativa para resolver em simultâneo os problemas de mobilidade e preservação patrimonial que esta obra tem levantado.

O candidato socialista à Câmara do Porto desafiou assim o actual titular do cargo a tomar uma decisão e acabar de vez com as “polémicas estéreis” em torno deste processo e que “já estão a cansar as pessoas”.

Em conferência de Imprensa, Assis assegurou aos jornalistas ter recolhido opiniões de técnicos para garantir que esta solução também melhora as condições de acesso das ambulâncias à urgência hospitalar.

“A boca do túnel junto à referida valência de saúde permitirá ainda zelar pelos interesses patrimoniais”, disse, acrescentando que esta opção vai inclusive evitar prejuízos para o Museu Nacional Soares dos Reis, invocados pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e pelo Ministério da Cultura.



Considerando que o impasse só se mantém por “teimosia” do edil do PSD, Francisco Assis lamentou que Rui Rio tenha lançado um “anátema” à ministra da Cultura, após esta “ter agido correctamente no processo”.

Recorde-se que Isabel Pires de Lima decretou no passado dia 9 o embargo das obras do Túnel de Ceuta na saída da Rua D. Manuel II, por considerar que os trabalhos constituem “uma clara violação da legalidade” e prejudicam um espaço

museológico classificado como monumento nacional.

Na perspectiva do também líder da Federação do PS/Porto, a saída do túnel no topo norte do hospital facilita o escoamento do trânsito em frente, para a

Rua D. Manuel II, à esquerda, para a Rua Viriato, e à direita, para a Rua do Rosário.

Candidaturas de Matosinhos e Gondomar apresentadas em breve

Entretanto, numa visita ao centro do Porto, o presidente da Federação assegurou que serão apresentadas em breve as candidaturas autárquicas “com claras possibilidades de sucesso” aos concelhos de Matosinhos e Gondomar.

O PS “vai construir o futuro do concelho honrando o extraordinário trabalho que os socialistas ali fizeram ao longo de 30 anos”, reiterou Assis, após lembrar a decisão dos órgãos nacionais de não candidatar o actual presidente de Matosinhos, Narciso Miranda, nem o líder da Concelhia, Manuel Seabra, à referida câmara municipal.

No caso de Gondomar, onde “as pessoas já estão cansadas de toda a novela que tem caracterizado a vida política nos últimos anos”, o dirigente do PS manifestou a determinação socialista em avançar com uma “candidatura agregadora e vencedora”.

OS VEREADORES DA OPOSIÇÃO

De um modo geral o presidente da Câmara é levado a conduzir a sua actuação no sentido de aniquilar a capacidade oposicionista, pela simples razão de que se tornaria insuportável no plano pessoal e inviável no plano administrativo o trabalho de um órgão executivo em que a oposição conseguisse desenvolver cabalmente a sua acção.

É curiosa a colocação da oposição na democracia municipal.

As propostas políticas derrotadas nas eleições e os seus protagonistas têm lugar no parlamento municipal, através de membros directamente eleitos, segundo o sistema de representação proporcional. Esses agentes políticos detêm um mandato pessoal e, em princípio, inamovível.

Exactamente igual também no executivo municipal. Aí têm assento membros da oposição, através de mandato conferido por eleição directa, personalizada e, em princípio, irremovível, sob a égide do sistema de representação proporcional.

Só na autarquia municipal isto sucede. Nem nas freguesias, nem nos órgãos de governo próprio das regiões autónomas, nem nos órgãos de soberania do Estado, em nenhum caso a oposição pertence ao Executivo. É na respectiva assembleia que está a sede da sua acção política. Ora, assim, os vereadores da oposição têm uma situação tão peculiar quanto difícil e ingrata.

De um modo geral o presidente da Câmara é levado a conduzir a sua actuação no sentido de aniquilar a capacidade oposicionista, pela simples razão de que se tornaria insuportável no plano pessoal e inviável no plano administrativo o trabalho de um órgão executivo em que a oposição conseguisse desenvolver cabalmente a sua acção.

Há três formas principais de fazer isto.

Desde logo concedendo aos vereadores da oposição pelouros e responsabilidades directas, comportando estatuto imagético e prebendas de poder (gestão de serviços, hierarquia sobre funcionários, relacionamento com instituições, vencimentos, secretárias, assessores, automóveis, viagens de representação, etc.), o que é exercido dentro dos instrumentos previsionais e de planeamento da maioria vencedora e sob a liderança do presidente da Câmara. Isto é, subordinadamente e em execução da política e dos adversários a que nas eleições se opuseram e a que, provavelmente, se pretendem apresentar a opor-se nas próximas eleições.

Em segundo lugar, distribuindo ou não responsabilidades directas aos vereadores da oposição, é corrente criar uma forte pressão sobre estes, no sentido de fazer crer, dentro dos serviços municipais e na opinião pública concelhia, que qualquer arroubo de contestação constitui um impedimento à boa acção do Executivo, que aqueles vereadores só complicam, por inconfessáveis interesses políticos, que estão sempre contra, que dificultam a resolução dos problemas das populações, etc. Em suma, são os culpados de tudo o que de mal acontece, de todas as insuficiências da Câmara.

E os vereadores da oposição, quanto mais reagem e se opõem mais se queimam politicamente.

Em terceiro lugar, há a postura contrária mas que não tem efeitos menos funestos.

É o caso dos vereadores da oposição cordatos, que em geral votam favoravelmente todos os assuntos, que não levantam problemas.

O presidente da Câmara e a maioria elogiam-nos, enquanto esperam, pacientemente, o final do mandato, pois é nessa altura que vale a pena invocar que 90 por cento das deliberações foram tomadas por unanimidade e perguntar o que quer agora a oposição se se mostrou na prática favorável às políticas desenvolvidas. Não é alternativa e se nas eleições vem esgrimir é só por mero interesse partidário ou pessoal.

Esta variante tem ainda outro aspecto muito grave. É que, em todos os partidos, leva a grandes divisões internas, pois quem está fora do executivo, seja nas estruturas partidárias, seja na Assembleia Municipal, não compreende esta situação e o choque de posições é inevitável.

Muitas vezes, para gáudio do presidente da Câmara e a para desprestígio da oposição e maior descredibilização das alternativas, o que acontece é que essa dissonância se traduz em posições públicas e, desde logo, em votações na Assembleia Municipal contrárias, no seu sentido e fundamentos, àquelas que os vereadores da mesma plataforma política tomaram no Executivo. Tudo isto é rematado com a ilusão de óptica de que a presença de vereadores da oposição no Executivo tem virtualidades de fiscalização.

Nada mais errado. Como se vê é ao contrário. Quanto mais perto pior. Portanto, a mudança do sistema, retirando a oposição do Executivo, não é apenas melhor para uma administração mais eficaz e responsabilizada. É também melhor para a oposição e para a força das alternativas democráticas.



LUÍS PITA AMEIXA

OPINIÃO

ÉVORA

PRIORIDADE À CONSTRUÇÃO DE UM NOVO HOSPITAL

José Ernesto Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Évora, não se convenceu com a renovação da maioria absoluta nas eleições autárquicas deste ano no jantar de apresentação da sua recandidatura ao cargo, ocasião em que apontou a "obra realizada" e pediu a "confiança maioritária" dos munícipes.

O edil socialista lembrou também que o actual mandato fica marcado pelos constrangimentos financeiros, depois de em 2001 ter encontrado a câmara na "lista negra" dos bancos, com "mais de 14 milhões de contos de dívidas".

"Infelizmente ainda não vivemos uma situação de desaforo", disse José Ernesto,

considerando que a situação financeira do município está actualmente "muito mais controlada".

Entretanto, o autarca reivindicou também a construção de um novo hospital no concelho, em articulação com uma faculdade de medicina.

Após esclarecer que tem de honrar o seu compromisso com a população local, José Ernesto declarou que a cidade "continua, por direito próprio e com legitimidade, a reclamar um estatuto de prioridade na construção do novo hospital".

A posição do autarca surge após o Ministério da Saúde ter divulgado que dos dez novos hospitais anunciados pelo anterior

governo, entre os quais um para Évora, apenas se encontra justificação para cinco. "O que o actual Governo faz é tomar decisões com base em estudos aprofundados e não apenas em demagogia", considerou o edil do PS, criticando o anterior executivo de coligação por "não ter feito nada para estruturar a decisão".

Entre as razões que justificam o novo hospital, segundo José Ernesto, contam-se as dificuldades de expansão e a perturbação urbanística causada pelas actuais unidades de saúde. É que, saliente-se, as actuais valências de saúde distrital e do patrocínio estão separadas por uma rodovia e têm serviços dispersos por cinco edifícios distintos.

SESIMBRA

AMADEU PENIM É ROSTO DO PROGRESSO NA ESTABILIDADE

A Comissão Política Concelhia de Sesimbra do Partido Socialista elegeu Amadeu Penim para candidato à presidência da Câmara Municipal local nas eleições de Outubro.

O actual presidente da autarquia e líder da estrutura socialista sesimbrense, será, pois, o rosto da estabilidade e do progresso no concelho que gere desde 1997.

Segundo disse ao "Acção Socialista", na "decisão desta recandidatura pesaram diversos factores", entre os quais destaca ser "o nome do PS que, pela considerável

obra já realizada, está melhor colocado para a disputa eleitoral e tem melhores condições para mobilizar os militantes".

Amadeu Penim conta, por outro lado, com a sua grande experiência autárquica pautada pela serenidade, pela prudência e pelo optimismo, aptidões que sublinha como "fundamentais para o desenvolvimento de Sesimbra quando estão no terreno, ou prestes a avançar, projectos decisivos para o futuro do concelho".

Assim, nos próximos quatro anos, com a

conclusão do saneamento da freguesia do Castelo e a pavimentação da Quinta do Conde, com a requalificação da marginal de Sesimbra e a reconversão, para fins socioculturais, da Fortaleza de Santiago, e com a desejada e previsível recuperação do Santuário do Cabo Espichel, Amadeu Penim conta poder fechar um importante ciclo de progresso da sua terra, em que a oferta turística de qualidade se assume, cada vez mais, como também frisa, como "um vector fundamental do desenvolvimento económico".

MAFRA

JOSÉ ROMANO É A NOVA APOSTA SOCIALISTA PARA A CÂMARA

Determinados em procederem à renovação e rejuvenescimento dos protagonistas dos diversos órgãos autárquicos, os socialistas de Mafra escolheram como candidato do PS à presidência da câmara o arquitecto José Romano.

Este "jovem nascido em Mafra", que com ela tem mantido "uma proximidade afectiva e activa ao longo dos anos em que preparou e desenvolveu a dia preparação académica e profissional", vai apresentar aos munícipes um "contrato de candidatura" às eleições autárquicas deste ano que tem como linhas de orientação estratégica a implementação de novas políticas, práticas e protagonistas no exercício do poder local, primando pela "transparência", pelo "diálogo", pela

"descentralização", pela "desburocratização" e por um "desenvolvimento sustentável" do concelho, conforme é avançado num comunicado da Concelhia local do PS.

Após uma "discussão aberta e aprofundada com as forças sociais, políticas e com os munícipes" o candidato do PS propôs um programa de governação autárquica que respeitará como máximas prioridades a aposta na qualificação e no equilíbrio ambiental, a resolução das questões do saneamento, dos problemas concelhios relativos ao ordenamento/planeamento territorial e urbanístico, na promoção da qualidade de vida local ao nível das políticas sociais, de emprego e da qualificação profissional.

José Romão propõe para Mafra um reforço na aplicação de medidas que beneficiem as famílias e a juventude, bem como a integração de novos residentes no concelho, procurando evitar assim que este acentue as suas características de "dormitório".

Militante socialista, Romão tem experiência política cimentada na intervenção académica e cívica em diversos fóruns onde tem protagonizado intervenções no seio de várias associações, participou ainda na organização dos Estados Gerais e no Congresso "Portugal - que Futuro?" e em diversas campanhas políticas, destacando-se o seu envolvimento activo nas campanhas presidenciais de Jorge Sampaio.

PAMPILHOSA DA SERRA

PS CANDIDATA FERNANDO ANTUNES PARA QUE A MUDANÇA VENÇA

Aproveitar as potencialidades de Pampilhosa da Serra - a floresta, a água, o turismo - e criar "uma nova mentalidade a nível social" que potencie investimentos são as principais metas do candidato socialista à presidência da Câmara.

O antigo director bancário e ex-empresário Fernando Antunes, de 56 anos, é aposta do PS para conquistar, nas eleições de Outubro, a autarquia que é desgobernada pelo PSD há 27 anos.

Neste município do interior do distrito de Coimbra, o "mais pobre da região Centro", o camarada Fernando Antunes quer inverter a tendência de desertificação do município, actualmente com 5100 residentes, na

maioria idosos, distribuídos por uma área geográfica de 396 metros quadrados.

O candidato, que actualmente desempenha funções de consultoria a nível de organização de empresas e lidera a concelhia do PS da Pampilhosa da Serra, diz-se apostado em transformar o concelho "num destino verde, num paraíso ambiental". Aos pampilhosenses Fernando Antunes coloca o desafio de mudar o rumo da degradação socioeconómica e acreditar numa "equipa competente" que execute projectos novos contra o fatalismo que se instalou no concelho pela mão do gestão camarária laranja. Na apresentação formal da sua candidatura, Fernando Antunes diz que uma viragem ao

PS em Outubro significa recuperar a "esperança" de conseguir um desenvolvimento sustentável com qualidade de vida, bem-estar social, políticas ambientais coordenadas, uma educação melhorada, e cuidados médicos eficientes. Lembrando que "a mudança traz sempre algum risco", o candidato socialista sublinha que "só com risco progredimos" e alerta os pampilhosenses para o desafio que têm pela frente: "ou escolhem mais quatro anos de estagnação a todos os níveis ou uma solução com competência e ambição, com imaginação e criatividade para a criação de emprego, crescimento económico e combate à pobreza".

FÓRUM AUTÁRQUICO DE SETÚBAL

VALORIZAR AS PARCERIAS SUPRA E INTERMUNICIPAIS

Está em marcha a dinâmica socialista para a vitória nas autárquicas no distrito de Setúbal. Numa região caracterizada por uma grande heterogeneidade, o desenvolvimento de "parcerias intermunicipais e supra-municipais" constitui-se como peça fundamental da competitividade e da afirmação do distrito no contexto nacional, conforme sublinhou Maria Amélia Antunes na sua intervenção no Fórum Autárquico de Setúbal.

Doze dos treze rostos que o PS vai lançar na luta autárquica de Outubro no distrito de Setúbal foram apresentados publicamente no Fórum Autárquico Distrital que se realizou recentemente na cidade do Sado. Assim, para disputar a presidência da câmara de Alcácer do Sal os socialistas escolheram o camarada Pedro Paredes, para Alcochete voltaram a confiar no actual edil José Inocêncio, em Almada avançam com a candidatura de Alberto Antunes.

O espírito da vitória está também presente nas redandaturas de Emídio Xavier no Barreiro, de Carlos Beato em Grândola, de Maria Amélia Antunes no Montijo e de Amadeu Penim em Sesimbra.

A convicção de que o distrito vai mudar

radica igualmente na força das candidaturas de Eurídice Pereira à Moita, de Brás Pinto a Palmela, de Cascão da Silva a Santiago do Cacém, de Catarina Costa a Setúbal e de Carlos Silva a Sines.

Ao intervir no auditório Charlott, em Setúbal, a presidente da Federação sadina do PS, Maria Amélia Antunes, voltou a defender a urgente necessidade de "uma nova gestão autárquica" orientada pelo princípio socialista segundo o qual "quem ganha governa e presta contas" e numa nova Lei das Finanças locais que liberte a gestão camarária dos financiamentos imobiliários e faça face a um leque alargado de competências a nível local.

A abertura do partido à sociedade civil,



segundo Amélia Antunes, passa desde logo pela integração nas listas para as eleições autárquicas de cidadãos independentes próximos dos princípios e valores socialistas.

E porque as pessoas continuam a estar em primeiro lugar, a edil do Montijo considera fundamental que uma nova geração de políticas locais assegure a educação, formação a qualificação em novas tecnologias e o usufruto cultural a todos

os municípios, de acordo com uma estratégia social de integração que valorize igualmente o estabelecimento de "parcerias intermunicipais e com diversas instituições de solidariedade".

Fomentar a competitividade dos nossos concelhos, "humanizar as cidades e o território" mediante "políticas agregadoras" e de combate a todas as formas de exclusão são também as marcas distintivas de uma gestão municipal "moderna, onde também se

inclui, segundo a dirigente do PS, "um novo paradigma urbano" que aposte na "reabilitação e no reforço das identidades locais". Também os espaços verdes agrícolas e silvestres merecem uma atenção especial por parte dos Executivos camarários, na óptica de Amélia Antunes, para quem outro desafio importante é a credibilização da política e dos seus agentes.

Por fim, na opinião da líder dos socialistas sadinos, o desenvolvimento económico e o acesso ao conhecimento também devem figurar entre as principais preocupações dos autarcas, bem como a criação de emprego qualificado que ajude ainda à fixação de investimentos e populações.

À margem do Fórum Distrital de Setúbal, o coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho, questionado pelos jornalistas sobre a eventual candidatura de Maria de Belém à Câmara de Oeiras disse que todos os estudos de opinião dão a certeza de que a ex-ministra da Saúde "tem condições para ganhar a câmara", sublinhando, porém a necessidade de aguardar a decisão final nesta matéria, que, assegurou, será conhecida em breve.

MARY RODRIGUES

FÓRUM REGIONAL DO ALGARVE

SOCIALISTAS COMPROMETEM-SE COM POLÍTICAS AUTÁRQUICAS INOVADORAS

O progresso e a modernização do Algarve "exigem uma nova geração de políticas autárquicas, inovadoras e ousadas, em complemento do esforço ainda necessário de criação ou recuperação de infra-estruturas económicas e sociais básicas, em muitos concelhos", de acordo com a declaração aprovada no Fórum Autárquico do Algarve, que decorreu no dia 15, em Portimão.

Segundo o documento, que foi assinado por todos os candidatos autárquicos socialistas da região, o PS Algarve "tem um projecto para a região a ser levado a cabo em todos os municípios onde formos poder".

Neste quadro, cumpre em particular aos autarcas socialistas "defender o desenvolvimento sustentável e assegurar a humanização desse desenvolvimento", propondo nomeadamente "um Pacto de Cidadania para a Sustentabilidade, porque a melhor forma de a atingir é através das Agendas 21 Locais que conjugam a participação pública, a criação de parcerias, a descentralização e a educação cidadã com a dimensão ecológica nas políticas municipais".

Assim, os eleitos socialistas "comprometem-se a actuar para que o ambiente seja uma preocupação maior e com peso político significativo", no âmbito de "uma acção marcada por uma visão integrada e

culta das componentes económica, social e ecológica, garantia de um progresso autêntico".

Salientando que é necessário "mais cidadania, maior participação e uma nova governança", no documento defende-se o "reforço da democraticidade e transparência no governo municipal", a "promoção de uma administração autárquica moderna e simplificada", através de "uma reforma profunda ao nível do funcionamento da máquina administrativa", abrindo os serviços aos cidadãos.

Na declaração de Portimão, os municípios do PS comprometem-se também a "empenhar-se na dinamização da cooperação intermunicipal e na concretização de projectos supra municipais". Empeñados numa "descentralização séria e efectiva", os autarcas socialistas bater-se-ão pela "concretização da regionalização administrativa e por um processo de contratualização séria e transparente das

competências e dos recursos a transferir da administração central para a administração local".

Por outro lado, o PS considera que "qualquer autarquia gerida por socialistas deve assumir que a área social é prioritária dentro das preocupações de gestão, devendo os executivos camarários promover políticas e acções adequadas a que, em cada

concelho, aumente os níveis de coesão social, na promoção de uma cidadania activa, com políticas viradas para as pessoas".

De acordo com o documento, é também prioritário "apostar no acesso à habitação, mediante a optimização do parque imobiliário existente, mobilizando o elevado número de fogos vagos para

arrendamento e venda".

O PS/Algarve considera ainda o Ordenamento do Território "um elemento central do progresso da região, que deve ser potenciada na sua globalidade, não votando zonas ao abandono", já que "cada parte do território tem as suas especificidades e potencialidades que valoriza o conjunto regional".

No Fórum Autárquico do Algarve, que encerrou com uma intervenção de Jorge Coelho (ver caixa), estiveram presentes todos os presidentes das câmaras algarvias lideradas pelo PS, juntamente com os candidatos socialistas escolhidos pela Federação do Algarve para disputar as eleições de Outubro.

Durante o encontro foram discutidos os painéis "Protal - uma visão estratégica para a mudança", "Quadro de referência estratégico 2006-2013: uma oportunidade única para vencer os novos desafios do futuro", "Uma nova agenda social, cultural e ambiental" e "Uma nova governança municipal".

Os painéis contaram com as intervenções dos secretários de Estado do Ordenamento do Território, João Ferrão, e do Desenvolvimento Regional, Rui Baleiras, do deputado à Assembleia da República João Cravinho e da deputada ao Parlamento Europeu Jamila Madeira

J. C. CASTELO BRANCO

JORGE COELHO RESPONSABILIZA LÍDER DO PSD PELA "PÉSSIMA" SITUAÇÃO DO PAÍS

O líder do principal partido da oposição, Marques Mendes, que contradiz agora, o que afirmou quando integrava o Governo de direita, é um dos grandes responsáveis pela "péssima" situação orçamental em que se encontra o país.

A acusação certa foi desferida pelo coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho, para quem o actual presidente do PSD "esteve no Governo a governar mal Portugal". As declarações de Jorge Coelho no encerramento do II Fórum Autárquico do Algarve surgem na sequência das afirmações feitas por Marques Mendes em Viseu, onde acusou o Governo do PS de andar a "anestesiá-lo" Portugal, no que respeita à situação financeira do país.

O dirigente socialista aproveitou ainda para questionar Marques Mendes acerca das suas certezas, quando era membro do Governo, ao dizer que, depois de 2004, Portugal iria ter o maior crescimento da Europa.

"Onde estão as convicções do dr. Marques Mendes, quando dizia que ninguém nos ia agarrar?", perguntou Jorge Coelho, acrescentando que os portugueses estão atentos ao que o actual líder do PSD disse no passado.

Segundo o coordenador autárquico do PS, o presidente do PSD devia ter "mais pudor" naquilo que diz, porque ele é um dos "grandes responsáveis da situação muito má em que o país se encontra".

DEMOCRATIZAR O ACESSO À SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO E O CHOQUE TECNOLÓGICO NOS PROGRAMAS ELEITORAIS AUTÁRQUICOS

MÁRIO FRANCO

1. Os *Programas Eleitorais Autárquicos* são uma oportunidade para o Partido Socialista consolidar o seu programa de modernização e desenvolvimento de Portugal e afirmar a linha que está a ser seguida: a de operar um verdadeiro Choque Tecnológico no país que o insira nas redes de informação, conhecimento e desenvolvimento, assegurando simultaneamente a coesão social e o acesso aos que menores possibilidades têm devido às inúmeras assimetrias que podemos verificar quando percorremos as mais diversas regiões.
2. Se existe uma área onde as autarquias locais poderão desempenhar um papel central no Choque Tecnológico é a da *democratização e acesso* à Sociedade de Informação, em particular o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Várias são as iniciativas que uma autarquia pode realizar e que o PS pode propor, das quais destaco duas, nomeadamente: *Criação de Centros de Acesso* e a *Inserção de Pontos de Acesso em Equipamentos Públicos* como escolas, bibliotecas, centros para jovens, para seniores, museus ou quaisquer outros locais públicos frequentados pelos municípios.
3. A criação de *Centros de Acesso às TIC* é um dos projectos mais estruturantes de uma política de democratização da Sociedade da Informação. Muitas pessoas, nomeadamente jovens, não têm possibilidade de ter nas suas casas um computador e assumir os custos do equipamento, dos programas e da conexão à Internet, pelo que estes *Centros* são, nos mais diversos países, a única possibilidade de aceder às tecnologias de informação e comunicação para muitos cidadãos, principalmente os de menor capacidade socioeconómica.
4. Os *Centros de Acesso* são ainda locais onde por via dos seus gestores ou da interajuda entre os seus utilizadores se consegue transmitir conhecimentos que contribuem para aumentar a cultura tecnológica local e permitir aos que têm mais dificuldades beneficiar dos conhecimentos dos outros, o que reforça também, claramente, os laços sociais e a inovação pelo tipo de ambiente que se desenvolve nestes espaços; estes são locais onde muitas vezes se conhecem as novidades em produtos e serviços tecnológicos e onde circula informação e conhecimento sobre o assunto.
5. A *Inserção de Pontos de Acesso em Equipamentos Públicos* é outra das componentes de grande alcance de uma política de acesso a nível local. Muitas vezes a colocação de computadores com conexão Internet num equipamento público, por exemplo, numa biblioteca municipal, permite atrair novos públicos, nomeadamente jovens, e criar hábitos que podem ser aproveitados noutros campos se para isso existir uma política bem delineada.
6. A instalação de *pontos de acesso* à Internet pode contribuir para contextualizar a tecnologia, o que se afigura da maior importância no processo de apropriação tecnológica. Assim, por exemplo, a existência destes pontos de acesso num museu municipal poderá, além de atrair municípios ao local, em particular jovens, possibilitar a organização de visitas virtuais a outros museus nacionais e estrangeiros, podendo ser ponto de partida para actividades como palestras, trabalhos em grupo, entre outras, dependente exclusivamente da vontade dos responsáveis locais e de políticas bem definidas.
7. Muitas autarquias dispõem já de *Centros de Acesso* como é o caso das que criaram *Espaços Internet* e *Pontos de Acesso*; quer os possuam ou não, os *Programas Eleitorais Autárquicos* deviam conter um *mapa-plano* da rede de Centros e Pontos de Acesso a criar enquadrando os actualmente existentes, pois estes encontram-se ainda muito centralizados, bem como um *pacote de medidas e iniciativas* para lhes agregar valor, considerando que, muitas vezes, estes locais, por falta de estratégia e actividade qualificada, têm pouco valor acrescentado para os seus utilizadores, acabando muitas vezes por não potenciar o investimento realizado. Acima de tudo, importa dar-lhes conteúdo localmente relevante.
8. Romper a *Frenteira Digital* e as *assimetrias* assegurando e democratizando o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação através de um programa de desenvolvimento e gestão de uma rede de *Centros de Acesso* nos locais com mais carências nesta área e a *Inserção de Pontos de Acesso em Espaços Públicos*, qualificando-os e acrescentando-lhes valor, deveria ser uma característica cada vez mais marcante do nosso projecto de modernização da realidade local e dos *Programas Eleitorais Autárquicos*.

OPINIÃO

VEISEU

GINESTAL ALERTA PARA URGÊNCIA DE ALTERNÂNCIA DEMOCRÁTICA NA CÂMARA

A alternância é “um bem para a saúde democrática”. Esta a convicção expressa pelo candidato socialista à presidência da Câmara de Viseu Miguel Ginestal durante a apresentação pública da sua candidatura, ocasião em que defendeu a urgência de uma mudança na liderança do executivo municipal local, porque, sublinhou, “16 anos de poder social-democrata é tempo demais”. “Como se compreende que, em Portugal, 31 anos após o 25 de Abril, se governe ainda um município guiado por critérios exclusivamente partidários”, questionou de forma visivelmente crítica Miguel Ginestal, que fez questão de lembrar o facto de os autarcas serem eleitos por todos os municípios de todas as freguesias “e não só daquelas que têm a cor do presidente da câmara”. Por outro lado, o candidato socialista acusou o actual edil viseense Fernando Ruas (PSD) de, em ano eleitoral, andar a “cortar fitas” e a realizar eventos



“caça-votos”.

Presente na sessão de apresentação da candidatura socialista a Viseu, o coordenador nacional autárquico do PS, Jorge Coelho, secundou as afirmações lançadas pelo camarada Miguel Ginestal, a quem manifestou total confiança para conquistar Viseu, e acentuou a sua crítica

ao denunciar que Ruas “está agarrado ao poder como uma lapa”. Referindo-se à limitação de mandatos, Coelho realçou que “uma lei tão genuína” é “fundamental para a democracia portuguesa”. “E quem é o maior combatente contra a limitação de mandatos? Quem é que não que sair do poder porque se habituou a ele? É o vosso presidente da câmara, que, de manhã à noite, nas rádios e nos jornais, diz que está contra a lei, acusou o dirigente socialista, advertindo de seguida que “o PS levará até ao fim este compromisso” e reafirmando a sua confiança em Miguel Ginestal para conquistar Viseu. Professor de 39 anos, Ginestal é licenciado em Ensino e mestre em Gestão Pública, tendo desempenhado inúmeras funções em diversos cargos políticos e públicos, entre os quais o de deputado no Parlamento nacional, durante a X legislatura.

RIBEIRA GRANDE

RICARDO SILVA QUER ACABAR COM PARALISIA NO MUNICÍPIO

O candidato socialista à presidência da edilidade da Ribeira Grande, Ricardo Silva, responsabilizou o executivo autárquico do PSD pela “paralisia e estagnação” deste concelho da ilha de São Miguel, que apresenta “enormes potencialidades” de desenvolvimento. Numa conferência de Imprensa em que apresentou a sua estratégia para a Ribeira Grande, o candidato socialista realçou estar “inconformado” com a actual situação do município. “O projecto do PSD esgotou-se há muito tempo e o concelho precisa de mudar”, disse, ao anunciar que volta ao combate eleitoral pela conquista da Câmara Municipal.

Entre as prioridades do seu programa consta a construção de um passeio atlântico na orla marítima da cidade, que afirmou já ter sido “uma promessa constante” do actual executivo municipal “que acabou por nunca se concretizar”. Além disso, Ricardo Silva comprometeu-se a proceder à requalificação do centro histórico da cidade, promovendo o seu património e procedendo ao ordenamento do trânsito. O candidato socialista, ex-director regional da Habitação, pretende ainda, caso seja eleito em Outubro, construir 300 casas a custos controlados para jovens em quatro anos e a “dinamizar” o parque industrial da Ribeira Grande,

“reforçando a actividade industrial, através de incentivos à captação de investimentos e fixação de empresas”. Assumindo claramente o repto de “lutar” pela instalação no Centro de Saúde da Ribeira Grande de especialidades médicas, nomeadamente Pediatria, Medicina Interna e Psiquiatria, Ricardo Silva prometeu a aquisição de equipamento específico para o rastreio do cancro da mama e para a saúde dentária. “O concelho tem 30 mil pessoas e tem condições para ter algumas especialidades, evitando constantes deslocações de doentes, caso das grávidas, que para realizar uma simples ecografia têm que ir para Ponta Delgada”, considerou.

ANGRA DO HEROÍSMO

JOSÉ PEDRO CARDOSO É DE NOVO O ROSTO DO PS

O camarada José Pedro Cardoso quer dar continuidade ao “progresso alcançado nos últimos oito anos no concelho de Angra do Heroísmo”, e, por isso, decidiu recandidatar-se pelo PS à presidência da câmara local nas próximas eleições autárquicas de Outubro. Em conferência de Imprensa, o líder dos socialistas da ilha Terceira, Sérgio Ávila, adiantou que a escolha de Cardoso, aprovada por unanimidade em votação secreta, garante a continuidade do crescimento sustentado para as

populações de Angra. Por sua vez, o candidato e edil apontou para o emprego, a habitação, a inovação tecnológica, a captação de investimento externo, o turismo e a qualidade de vida como eixos prioritários do seu programa no próximo mandato. Defendeu ainda a consolidação do processo de desenvolvimento iniciado há oito anos, considerando que mostrou “ter sido um modelo frutuoso para a população e até copiado por outras autarquias”.

Sobre a equipa que vai constituir, o candidato socialista disse que o actual elenco “vai ser refrescado”, admitindo, no entanto, a permanência de alguns dos actuais vereadores. Embora tenha remetido para mais tarde a divulgação detalhada do seu manifesto eleitoral, José Pedro Cardoso declarou-se empenhado e convicto de “perseguir com um desenvolvimento harmonioso do segundo centro urbano mais importante do arquipélago e único na região classificado como Património Mundial”.

PARQUE MAYER

CARRILHO PROPÕE REABILITAÇÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE LISBOA

Articular o Parque Mayer com o Jardim Botânico, valorizar os equipamentos culturais existentes na cidade e revitalizar a Avenida da Liberdade são as metas apontadas por Manuel Maria Carrilho para uma "Lisboa com Projecto".

O candidato socialista à câmara alfacinha apresentou, no passado dia 7, a sua proposta para o Parque Mayer, referindo-se a ela como uma "solução natural", por oposição ao "projecto fantástico" do PSD, com um custo estimado de 200 a 300 milhões de euros.

Para Carrilho, é possível definir um percurso "que se inicie no Jardim do Príncipe Real, desça pelo Jardim Botânico e entre na Avenida da Liberdade pelo Parque Mayer", já que a capital portuguesa precisa de "aproveitar melhor o seu património ambiental".

O candidato sublinhou esta sua aposta em "ideias simples", que implicam recuperar o património de que o concelho já dispõe. O Coliseu dos Recreios, o Teatro Politeama, o Odéon, o Olímpia, a



Sociedade de Geografia, a Casa do Alentejo, o Ateneu Comercial são algumas das estruturas que justificam "atenção e valorização", afirmou Manuel Maria Carrilho na sua intervenção, inserida na segunda sessão das jornadas "Um Projecto para Lisboa".

Adiantando que o projecto para o Parque

Mayer vai ser uma das bandeiras da campanha do PS na corrida à Câmara de Lisboa, Carrilho reafirmou que os socialistas vão vencer na capital devido ao descontentamento da população com o anterior executivo camarário, pois, explicou, "contra uma boa gestão não se ganha".

Pelourinho da República



"Não é a imagem de credibilidade que eu quero para o partido"
Marques Mendes (explicando o veto à candidatura de Valentim Loureiro)
"DN", 6/5/05

"Serei candidato. Serei candidato"
Valentim Loureiro
RTP1, 5/5/05

"Nunca serei acusado de corrupção"
Isaltino Morais
"O Independente", 6/5/05

"A ambição cega do dr. Marques Mendes em ser líder do partido fê-lo 'vender a alma ao diabo'"
Idem
"O Diabo", 3/5/05

"A direcção do CDS (...) acredita estar-se perante um equívoco"
Comunicado da **direcção do CDS** (sobre o envolvimento de Abel Pinheiro e Nobre Guedes em tráfico de influências)
10/5/05

"Quando eu formar a minha opinião – e estou a formá-la –, falarei"
Paulo Portas
"Público", 13/5/05

"Cabe aos agentes políticos um papel da maior relevância na explicação aos portugueses de que sem o reforço da capacidade das nossas empresas (...) não será possível reduzir o desemprego e melhorar as condições de vida (...) e que até a coesão social pode ser posta em causa"
Cavaco Silva
"Público", 11/5/05

"Sobre a minha resistência só sabe quem dorme comigo"
Alberto João Jardim
"24 Horas"

"O que vamos fazer é criar um espaço de festa permanente. Com muitos estabelecimentos onde se pode beber um copo e um café à mistura com cultura"
Moita Flores, candidato do PSD à Câmara de Santarém
"24 Horas"

AGENDA AUTÁRQUICA

20 de Maio – 19h30 – Faro

Pavilhão do Fareense – Apresentação pública da candidatura de José Apolinário, com a presença de Jorge Coelho

21 de Maio – 13h00 – S. Pedro do Sul

Hotel Vouga – Apresentação pública da candidatura de Vítor Barros

21 de Maio – 20h00 – Mangualde

Pavilhão Desportivo Ana Castro Osório – Apresentação pública da candidatura de João Azevedo, com presença de Jorge Coelho

21 de Maio – 10h00 – Lisboa

Centro Cultural de Belém – Sexta sessão das jornadas "Um projecto para Lisboa" sobre o tema "Competitividade"

22 de Maio – 17h00 – Leiria

Apresentação pública da candidatura de Raúl Castro, com a presença de Alberto Costa

23 de Maio – 21h00 – Guarda

Hotel Turismo – Apresentação de candidatura de Joaquim Valente, com a presença de Jorge Coelho

25 de Maio – 17h00 – Lisboa

Culturgest – Sétima sessão das jornadas "Um projecto para Lisboa" sobre o tema "Participação e cidadania"

26 de Maio – 20h00 – Sertã

Quinta de Sta. Teresinha (Cabeçudo) – Apresentação de candidatura de Paulo Farinha, com a presença de Eduardo Cabrita

27 de Maio – Figueira da Foz

Apresentação de candidatura de Vítor Sarmiento, com a presença de Pedro Silva Pereira

28 de Maio – 19h30 – Funchal

Tecnopólo – Convenção Autárquica da Madeira, com a participação de Jorge Coelho

28 de Maio – 10h00 – Lisboa

Culturgest – Sessão de encerramento das jornadas "Um projecto para Lisboa"

28 de Maio – Mafra

Apresentação pública do candidato José Ramalho

29 de Maio – 18h00 – Luso

Grande Hotel – Encerramento do Seminário de Formação Autárquica da Juventude Socialista

29 de Maio – 12h00 – Celorico de Basto

Restaurante Quinta do Forno – Apresentação pública do candidato Manuel Machado, com a presença de Vieira da Silva

4 de Junho – 16h00 – Manteigas

Centro Cívico – apresentação da candidatura de Esmeraldo Carvalhinho

4 de Junho – 18h00 – Guimarães

Pavilhão Multiusos – Convenção Autárquica concelhia

4 de Junho – 20h00 – Sintra

Pavilhão Multiusos – Apresentação pública da candidatura de João Soares, com a presença de Jorge Coelho

5 de Junho – 13h00 – Almodôvar

Parque das Merendas – Apresentação pública dos candidatos do distrito de Beja, com a participação de Jorge Coelho

5 de Junho – 17h00 – Évora

Hotel da Cartuxa – Convenção autárquica e apresentação dos candidatos do distrito de Évora, com a participação de Jorge Coelho

7 de Junho – 19h00 – Lisboa

Formalização da candidatura de Manuel Maria Carrilho com a presença de José Sócrates

15 de Junho – Almada

Apresentação pública da candidatura de Alberto Antunes, com a presença de Jorge Coelho

18 de Junho – 17h00 – Lousada

Apresentação pública da candidatura de Jorge Magalhães, com a presença de Jorge Coelho

18 de Junho – 20h30 – Baião

Pensão Borges – Apresentação pública da candidatura de José Luis Carneiro, com a presença de Jorge Coelho

18 de Junho – 20h00 – Bombarral

Apresentação pública da candidatura de Jorge Gabriel Martins, com a presença de Vieira da Silva

24 de Junho – 20h30 – Vila Franca de Xira

Apresentação pública da candidatura de Maria da Luz Rosinha, com a presença de Jorge Coelho

25 de Junho – Castelo Branco

Apresentação pública da candidatura de Joaquim Mourão, com a presença de José Sócrates

26 de Junho – Trancoso

Apresentação pública da candidatura de Carlos Martins

3 de Julho – Esposende

Convenção Autárquica para apresentação dos candidatos do distrito de Braga, com a presença de Vitalino Canas

10 de Julho – 16h00 – Vila Real

Barragem de Vila Pouca de Aguiar – Convenção Autárquica Distrital para apresentação dos candidatos do distrito, com a presença de Jorge Coelho

17 de Setembro – 15h00 – Porto

Pavilhão Rosa Mota – Convenção Nacional Autárquica

18 de Setembro – Caldas da Rainha

Jantar de apresentação da candidatura de António Galamba, com a presença de Jorge Coelho

SÁTÃO

CELSONETO TEM PROGRAMA DE FUTURO PARA O CONCELHO

O candidato socialista à Câmara de Sátão Celso Oliveira Neto vai disputar a autarquia com base num programa de desenvolvimento económico e empresarial do concelho que passa naturalmente pela criação de emprego local, pela constituição de uma zona empresarial na região, pelo incentivo ao investimento privado, à protecção do meio ambiente e à preservação das manifestações artísticas e culturais tradicionais.

Aos 55 anos, Celso Neto, licenciado em Educação Física e Desporto, mestre em Administração e Panificação da Educação e presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Sátão, aceitou o desafio de conquistar esta câmara ao PSD e propor um projecto de futuro para o concelho.

Perante os munícipes, Neto compromete-se a proceder ao saneamento financeiro da autarquia, transferir competências para as Juntas de Freguesia, rever o PDM e elaborar planos urbanísticos de qualidade.

O antigo delegado distrital do Instituto Nacional do Desporto durante os Executivos socialistas chefiados por António Guterres ambiciona ainda garantir novas acessibilidades para Sátão, melhorar as existentes, concluir o saneamento básico local, incentivar a formação profissional, a inovação e as novas tecnologias, implementar políticas de apoio à juventude, promover a prática desportiva, dinamizar medidas de apoio social e de promoção saúde e de salvaguarda da segurança dos cidadãos.

CÂMARA DE MATOSINHOS VAI RECUPERAR TEATRO CONSTANTINO NERY

A Câmara de Matosinhos vai lançar um concurso público internacional para a reconstrução do Teatro Constantino Nery, que reabrirá em finais de 2006 como sala de espectáculos polivalente.

A recuperação do teatro está orçada em cerca de três milhões de euros, incluindo os 360 mil já pagos pela autarquia em 2000 pela aquisição do imóvel e, até à data, não conta com o apoio de fundos comunitários ou quaisquer outras verbas senão as municipais.

Em conferência de Imprensa de apresentação do projecto arquitectónico de requalificação daquele espaço, o presidente da câmara, Narciso Niranda, afirmou que "a obra avança sem garantia de qualquer outra fonte de financiamento", acrescentando que os últimos governos "foram manifestamente insensíveis" à proposta de recuperação da sala.

Para o autarca socialista, a grande esperança recai agora neste Governo socialista, que tem como ministra da Cultura Isabel Pires de Lima, uma "matosinhense" que "terá alguma sensibilidade para perceber a importância desta obra, que vai devolver à população este edifício histórico", inaugurado em 10 de Junho de 1906.

O projecto de recuperação mantém a fachada do edifício, mas, no entanto, esta será desmontada para facilitar o cumprimento do grosso da empreitada. O edifício ficará dividido em dois grandes espaços, uma sala de espectáculos e uma área polivalente de comunicação, que poderá funcionar como café-concerto.

A sala de espectáculos terá capacidade para 250 pessoas e para a montagem de cena à italiana e em arena, tendo o projectista criado também uma sala de ensaios de grande dimensão.

PS ACUSA CÂMARA DE SINTRA DE ESQUECER PROMESSA DO IC19



O PS/Sintra acusou o presidente da autarquia, Fernando Seabra, de incumprimento de promessas para melhorar as acessibilidades, nomeadamente no IC19, via percorrida recentemente de autocarro pelo Presidente da República no âmbito da jornada sobre sinistralidade rodoviária. Os socialistas afirmam que as obras de alargamento do IC19, nomeadamente entre o nó do hospital e o nó do Cacém, foram objecto de sucessivas promessas do autarca laranja e comentador desportivo Fernando Seara, que "não passaram disso mesmo".

Também a construção das circulares Poente e Nascente ao Cacém são promessas não cumpridas apontadas pelo PS ao Executivo municipal de Sintra.

"A construção do IC16 e do IC30, que sempre foi defendida intransigentemente pelo Partido Socialista e considerada como verdadeira alternativa ao IC19 e a solução para o seu congestionamento, também não se concretizou", critica o PS em comunicado.

O PS/Sintra lembra ainda que os concursos para a construção do IC16 e do IC30 foram lançados durante o Governo de António Guterres e anulados pelo Governo de Durão Barroso.

"De então para cá, nada foi feito, nada foi decidido. A coligação PSD/PP/CDU que governa a Câmara Municipal de Sintra nada resolveu a nível das acessibilidades", acusa o PS.

"O Partido Socialista associa-se às preocupações do Presidente da República, relativamente à demora no IC19, entre Sintra e Lisboa, o que provoca graves prejuízos no dia a dia dos utentes e no desenvolvimento do próprio concelho", refere ainda o comunicado.

Recorde-se que Jorge Sampaio demorou 50 minutos a percorrer 13 quilómetros do IC19, num dia de trânsito fluído, tendo classificado a via de "pequena tragédia diária".

"REGABOFE FINANCEIRO" NA AUTARQUIA DE COIMBRA

Os autarcas do PS acusaram a "maioria funcional PSD/PP/PCP" na Câmara Municipal de Coimbra de praticar uma gestão de "regabofe financeiro", colocando a autarquia em situação de falência técnica.

"Se fosse uma firma ou uma cooperativa teria de declarar falência, pois não podiam viver com este défice", disse, em conferência de Imprensa, Luís Vilar, vereador socialista da autarquia e presidente da Concelhia de Coimbra do PS.

Comparando os relatórios e contas aprovadas pelos órgãos da autarquia referentes a 31 Dezembro de 2001, de gestão socialista, e a igual data de 2004, da actual maioria PSD-PP, os socialistas concluem haver "uma total incapacidade para gerir as finanças municipais".

Segundo os socialistas, a situação mais grave que a revelada no Relatório e Contas, de 31 de Dezembro de 2004, a dívida total representava um encargo de 73,5 por cento das receitas arrecadadas.

Também da análise comparativa dos dois relatórios e contas concluíram ter-se registado um aumento de 40,49 por cento nas despesas com pessoal, de 17,508 milhões de euros (2001) para 24,598 milhões de euros (2004).

Os autarcas socialistas alertam ainda para o facto de a situação ser mais grave do que a revelada pelo relatório e contas porque não estão contabilizadas "dívidas em trânsito", uma questão que esteve na origem de um requerimento, ao abrigo



do estatuto de oposição, e que "nunca foi respondido".

As dívidas a fornecedores, realçaram, "são pagas com 13 meses de atraso", havendo já alguns "que se recusam a vender se o pagamento não for a pronto". Os vereadores socialistas recusaram há 15 dias participar numa reunião do executivo destinada a aprovar o Relatório e Contas da autarquia, argumentando, com base num parecer jurídico, que não tinham sido cumpridos os prazos regulamentares da convocatória.

"A maneira como foi convocada a última reunião foi um descarado expediente para evitar que os vereadores pudessem analisar os documentos", sublinhou Rodrigues Costa, outro dos eleitos socialistas presentes na conferência de

Imprensa.

Segundo os autarcas do PS, o Relatório e Contas apresenta ainda "algumas graves omissões", nomeadamente sobre a não conclusão das acessibilidades que deveriam estar prontas antes do Euro 2004, que "não foi edificada uma única habitação social" e que "não foi estancado o desemprego no concelho, que abrange mais de 12 mil conimbricenses". Apesar de "apontarem o dedo" a Carlos Encarnação, presidente da Câmara Municipal, os socialistas consideraram que ele "não é o único responsável", e englobam toda a maioria PSD-PP e o eleito da CDU, com a função de vereador a tempo integral, e que também votou favoravelmente o Relatório e Contas de 2004.

SOCIALISTAS DENUNCIAM GRAVE ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO DE FARO

A Câmara de Faro, de gestão PSD, teve uma dívida total de 64,4 milhões de euros em 2004 e estima-se que em 2005 ela atinja os 77,7 milhões de euros.

Este diagnóstico sobre a grave situação financeira em que se encontra o município foi feito em conferência de Imprensa pelo presidente da Concelhia socialista, Falcão Marques, em que sublinhou estar a Câmara de Faro no "top 10" das autarquias que não podem recorrer mais a empréstimos.

Falcão Marques disse que se se juntar aos 64,4 milhões de euros de dívida as despesas plurianuais, nomeadamente as referentes à construção da pista de

atletismo e do pavilhão gimnodesportivo, a situação financeira da autarquia se agrava para uma dívida total de 77,7 milhões de euros.

"Se José Vitorino cumprisse o programa do mandato que tinha de habitação social e resolvesse o problema do porto de abrigo da ilha Culatra, ambos previsto para o programa de actividades para 2006, então a dívida passaria para 96 milhões de euros", salientou ainda Falcão Marques.

Segundo o líder da Concelhia do PS/Faro, com José Vitorino à frente da câmara municipal, a variação da dívida financeira em 2004 aumentou 128 por

cento em relação a 2001, ou seja, passou de 14,4 milhões de euros no mandato PS para 32,9 milhões de euros com o PSD. Falcão Marques referiu ainda que se o PS ganhar nas próximas autárquicas uma das soluções para atenuar as dívidas é "resolver os empreendimentos que estão a decorrer".

Tentar que a estrutura do Parque das Cidades, onde está o Estádio Algarve, fosse gerido pelo Governo e outras entidades e não apenas pelas câmaras de Loulé e Faro, foi uma solução avançada pelo dirigente socialista.

É uma "coisa que José Vitorino anda a tentar, mas nunca conseguiu", frisou.

METRO DO SUL DO TEJO

ALBERTO ANTUNES PREOCUPADO COM ATRASOS NA EXECUÇÃO DA OBRA

Atrasos sucessivos na execução do projecto do metro ligeiro de superfície na margem Sul do Tejo motivou um requerimento apresentado na Assembleia da República por Alberto Antunes, onde o deputado socialista manifesta "sérias preocupações" perante a eventualidade de vir a ser exigido à Câmara de Almada o pagamento de coimas por não ter disponibilizado os terrenos a que

contratualmente se havia vinculado a obra. No documento dirigido ao ministro das Obras Públicas, o parlamentar do PS e candidato à Câmara de Almada solicita esclarecimentos sobre o fundamento das notícias divulgadas pela Comunicação Social neste sentido, inquirindo se os atrasos da execução do projecto do metro ligeiro em Almada ficaram efectivamente a dever-se à negativa camarária, para além

das alterações a que o plano inicial da obra foi sujeito pela autarquia.

Em caso de resposta afirmativa, Alberto Antunes quer ainda saber o montante a que podem ascender as multas e os responsáveis pelo respectivo pagamento, ou seja, "se o pagamento será imputado ao município e, por consequência, aos municípios ou a qualquer outra entidade".

PELO "SIM" EM FRANÇA

LÍDERES SOCIALISTAS
CONCENTRAM-SE EM PARIS

Cerca de 40 líderes e dirigentes socialistas estiveram em Paris no passado dia 18 numa jornada de sensibilização dos franceses para votarem "sim" no referendo ao Tratado Constitucional que se realiza no próximo dia 29 de Maio, e também para assinarem um apelo que exprime a importância de uma vitória do "sim" para a Europa, neste caso apenas para os secretários-gerais dos partidos ou seus representantes. O secretário nacional para as Relações Internacionais, José Lello, esteve em representação do secretário-geral do PS e primeiro-ministro, José Sócrates.

No apelo dos socialistas europeus pode ler-se que o "sim" à Constituição europeia "nasce da convicção profunda de que a Europa que queremos se constrói todos os dias através de políticas pelas quais nos batemos e nas quais nos apoiamos com os valores que fundam a nossa Europa".

O texto afirma também que a Constituição dará "mais meios para construir uma Europa que seja um modelo de solidariedade e de prosperidade no mundo, realizando uma verdadeira Europa social, geradora de segurança social e de empregos de qualidade, dotando a Europa de uma voz forte no mundo e face a outros



actores internacionais e militando com força por um mundo mais justo e mais humano".

Esta iniciativa do PSF e do Partido dos Socialistas Europeus, presidido pelo dinamarquês Poul Rasmussen, surge como um dos derradeiros grandes acontecimentos para tentar inverter a desvantagem do "sim" que tem surgido nas últimas sondagens.

De referir que foram já também muitos os

deputados europeus eleitos pelo PS que passaram por iniciativas diversas em vários pontos de França, para apelarem à vitória do "Sim". No texto em que os socialistas europeus eram chamados a participar num "acontecimento público histórico" para sensibilizar os franceses para a vitória do "sim", pode ler-se que "o impacto do 'Não' em França sobre o futuro da União Europeia será enorme, mesmo desastroso", sendo por isso fundamental trabalhar "para um 'Sim' categórico e claro à Constituição".

No dia seguinte ao encontro, teve lugar uma reunião da presidência do Partido dos Socialistas Europeus em que o processo de ratificação do Tratado Constitucional voltou a ser um dos temas centrais. Além deste tema, constam também da agenda a preparação da reunião do Conselho dos Líderes Socialistas, que se realizará em Viena nos dias 24 e 25 de Junho, a reforma do Partido dos Socialistas Europeus e a situação no Médio Oriente.

ROSA ALBERNAZ NO SENADO FRANCÊS

POR UM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL QUE NÃO COMPROMETA
AS GERAÇÕES FUTURAS

O desenvolvimento e a protecção do ambiente são "interdependentes e indivisíveis", afirmou a deputada socialista Rosa Maria Albernaz, salientando que neste contexto "Portugal reitera a sua defesa em prol de um desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras".

Numa conferência sobre meio ambiente em representação da Assembleia da República, a intervenção da deputada socialista no Senado francês centrou-se nas "políticas ambientais em Portugal", sublinhando que o nosso país tem vindo "a acompanhar atentamente" a aplicação dos princípios da Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, "reconhecendo responsabilidades comuns embora diferenciadas com vista a preservar, proteger e recuperar os ecossistemas terrestres".

Portugal, acrescentou, "considera o papel da cooperação num espírito de parceria mundial como fundamental", tendo em especial atenção as necessidades dos países menos desenvolvidos e mais vulneráveis de um ponto de vista ambiental, e "reconhece que a tarefa da erradicação da pobreza é uma condição indispensável ao desenvolvimento sustentável", defen-



dendo ser de "desencorajar a redistribuição ou transferência para esses países de actividades e matérias que causem degradação ambiental ou sejam potencialmente nocivas para a saúde humana".

A deputada socialista referiu ainda que, neste domínio, Portugal atribui "particular importância" à problemática das alterações climáticas, desertificação e protecção do meio marinho. Para Rosa Maria Albernaz, o impacto da seca e desertificação, principalmente em África, que tem vindo a crescer no Sul da Europa, "assume cada vez maior importância à escala mundial e exige

esforços renovados por parte dos vários intervenientes no processo de reabilitação dos ecossistemas florestais degradados".

Por outro lado, adiantou que no contexto da protecção dos recursos marinhos, "Portugal reconhece todos os esforços que têm sido desenvolvidos pelas Nações Unidas na temática dos assuntos oceânicos e costeiros, insulares e continentais".

Segundo a deputada do PS, este "desígnio que urge aprofundar" junto da comunidade internacional, terá por certo "impacto significativo nas actividades a desenvolver no quadro do Ano Internacional dos Oceanos".

União Interparlamentar

Entretanto, no passado dia 5 a deputada Rosa Maria Albernaz foi reeleita, por votação secreta, para integrar a delegação da Assembleia da República na União Interparlamentar (parlamento Mundial). Fazem também parte desta delegação, que é composta por oito deputados, cinco do PS e três do PSD, os deputados socialistas Fernando Gomes, Carlos Zorrinho, Pina Moura e João Cravinho

J. C. C. B.

PARLAMENTO PRESSIONA
COMISSÃO PARA CONTROLAR
ENTRADA DE TÊXTEIS

A pressão sobre a Comissão Europeia quanto à situação da indústria têxtil e do vestuário na União Europeia, sobretudo no que respeita às importações vindas da China, tem de continuar a ser mantida, defendeu a eurodeputada Elisa Ferreira na última reunião da Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu, perante o comissário Peter Mandelson, responsável por esta área.

A deputada saudou os recentes avanços com vista à activação das cláusulas de salvaguarda para as importações, embora tenha defendido que a aplicação dessas medidas deve ser acelerada, bem como a efectivação dos programas de apoio à reconversão da indústria propostos pelo Comité de Alto Nível Têxtil e a introdução de regras mais claras de comércio justo no âmbito dos acordos internacionais.

Para Elisa Ferreira, "estas são, no momento, matérias fundamentais de pressão política, o que não evita, todavia, a necessidade de um acompanhamento da evolução da situação no terreno, com particular enfoque nas inevitáveis consequências sociais do processo de reconversão".

JAMILA MADEIRA E HASSE
FERREIRA PROMOVEM
AUDIÇÕES PÚBLICAS

Os eurodeputados socialistas Jamila Madeira e Joel Hasse Ferreira promoveram no passado dia 17 duas audições públicas, a primeira sobre as perspectivas financeiras e a Estratégia de Lisboa, em Coimbra, e o segundo sobre a polémica directiva dos serviços, que decorreu no centro Jean Monnet, em Lisboa.

Com a designação "Perspectivas Financeiras 2007-2013 e a Estratégia de Lisboa - Rumo à Convergência", Jamila Madeira promoveu a audição pública na Faculdade de Economia de Coimbra, que contou com a presença, entre outros, de Fernando Medina, secretário de Estado do Emprego e Formação, de Vítor Escária, assessor económico do gabinete do primeiro-ministro, André Magrinho, da AIP e de Vasco Cal, membro do gabinete da comissária europeia para a Programação e o Orçamento.

De referir que esta é a segunda conferência de um ciclo de iniciativas similares, resultantes de um programa inédito de estágios estabelecidos por parceria entre a deputada Jamila Madeira e universidades portuguesas. Por sua vez, o eurodeputado Joel Hasse Ferreira realizou no Centro Jean Monnet, em Lisboa, uma audição pública sobre "A directiva europeia dos serviços e a concretização do mercado interno".

Participaram dirigentes sindicais e empresariais, como o secretário-geral da UGT, João Proença, Joaquim Dionísio, da CGTP, Maria Helena André, da Confederação Europeia dos Sindicatos, Maria José Constâncio, da Associação Portuguesa do Centro Europeu das Empresas, e João Vieira Lopes, da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal.

INTERNACIONAL SOCIALISTA
REÚNE EM ISRAEL E NA PALESTINA

"Pela paz no Médio Oriente, com democracia política e económica: uma perspectiva socialista", é o tema central do Conselho da Internacional Socialista que nos dias 23 e 24 de Maio se vai realizar em Telavive, Israel, e em Ramallah, Palestina, com a participação do presidente da Internacional Socialista, António Guterres, do secretário nacional

para as Relações Internacionais, José Lello, e com a ex-ministra do PS Maria João Rodrigues.

O encontro realiza-se numa altura crucial para o processo de paz entre israelitas e palestinianos, havendo grandes expectativas em torno do respeito das orientações estabelecidas no "Roteiro para a paz", que prevê a estabilização do conflito, o congelamento da expansão dos colónatos e a retirada dos territórios ocupados e, por fim, um acordo para a criação de um Estado Palestiniano a viver em paz e segurança lado a lado com Israel.

DOIS ANOS COM A NOSSA MARCA

JUNTAS DEMOS MAIS VISIBILIDADE À IGUALDADE



EQUIPA DE SÓNIA FERTUZINHOS EM PRÉ-CAMPANHA POR TODO O PAÍS

A candidata tem como um dos objectivos principais da sua campanha contribuir decisivamente, para uma grande participação das mulheres socialistas nas próximas eleições de 3 e 4 de Junho. Quantas mais socialistas participarem mais forte será o Departamento Nacional de Mulheres Socialistas.

Para a equipa de Sónia fertuzinhos, e a exemplo do que foi o trabalho desenvolvido durante os últimos dois anos, o Departamento Nacional de Mulheres Socialistas só consegue ser espaço de intervenção e trazer mais militantes para a participação política activa, se funcionar numa lógica de grande proximidade e contacto directo com todas as mulheres socialistas e estruturas do partido. Esta campanha é mais uma boa oportunidade para aproximar as mulheres socialistas e para reforçar a importância da intervenção de cada uma na vida política e partidária. Juntas somos muitas!

Em pré-campanha a candidata, acompanhada por outras camaradas da sua equipa, já esteve em Évora, Santarém, Beja, Madeira, Setúbal, Porto, Viseu,



Coimbra, Santarém, Leiria e Algarve. Sónia Fertuzinhos iniciou a volta ao país para ouvir e envolver as camaradas na discussão sobre o balanço dos últimos 2 anos de trabalho, e também para construir com o maior número de militantes possível o projecto para o próximo mandato.

As Sessões têm sido muito participadas, tendo as mulheres socialistas demonstrado grande entusiasmo e

vontade em reforçar com o DNMS, a capacidade do Governo fazer o que importa para e pelo País, assumindo a igualdade entre mulheres e homens como prioridade política. Ser parte importante na estratégia do PS para vencer os próximos desafios eleitorais e referendários é outro objectivo e desafio que motiva as camaradas que têm participado nas sessões de campanha de Sónia Fertuzinhos.

APRESENTAÇÃO DO MANIFESTO ELEITORAL NO LARGO DO RATO DIA 19 DE MAIO

Dia 19 de Maio, às 18.30H no Largo do Rato em Lisboa, a Candidata à Presidência do DNMS apresenta o Manifesto Eleitoral para os próximos 2 anos e a equipa que constitui a lista do Conselho Consultivo. O Manifesto que será apresentado contou com a participação das mulheres socialistas de todo o país, que foram ouvidas

pela candidata em pré-campanha.

A equipa do Conselho Consultivo integra militantes de todas as federações do PS no país, e militantes que fazem a união das quatro candidaturas de há dois anos atrás. A renovação das camaradas que integram este órgão é outro dos objectivos que é atingido de forma muito significativa.

Entusiasmo, convicção e empenhamento máximo em fazer bem, num projecto que uma as militantes socialistas e reforce a capacidade do PS vencer os desafios de um Portugal que só será mais desenvolvido se apostar em ser também um Portugal com mais igualdade entre mulheres e homens

PROPOSTA DE DEBATES À CANDIDATURA DE MANUELA AUGUSTO

Sónia Fertuzinhos propôs à camarada Manuela Augusto um conjunto de debates a realizar em Lisboa, Algarve, Coimbra, Porto, Braga, Madeira e Açores.

Sónia Fertuzinhos defende que o debate de ideias e projectos é a melhor forma de esclarecer as militantes sobre o que está em causa nestas eleições. Os debates são também um bom contributo para a maior mobilização e participação das militantes num acto eleitoral, que deverá reforçar o Departamento Nacional de Mulheres Socialistas como órgão autónomo do PS.

LISTA PARA O CONSELHO CONSULTIVO DA CANDIDATA A PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE MULHERES SOCIALISTAS

1. Lígia Amâncio, Lisboa
2. Carla Almeida, Porto
3. Maria José Matos, Lisboa
4. Ana Paula Costa, Braga
5. Catarina Marcelino, Setúbal
6. Carla Violante, Coimbra
7. Claudia Santos, Aveiro
8. Lia Pereira, Leiria
9. Isilda Gomes, Algarve
10. Maria Teresa Soares, Viseu
11. Maria Natividade Luz, Açores
12. Jacira Fonseca Dias Baptista, Lisboa
13. Ascensão Duarte, Santarém
14. Célia Pesseguero, Madeira
15. Ana Mascarenhas, Bragança
16. Helena Pavao, Vila real
17. Maria Conceição Grilo, Portalegre
18. Maria João George, Beja
19. Conceição Rodrigues, Castelo Branco
20. Maria Flora Silva, Viana do Castelo
21. Rita Miguel, Guarda
22. Mafalda Troncho, Évora
23. Maria João Botelho, Cadaval
24. Etza Pais, Lisboa
25. Ana Cristina Costa, Lisboa
26. Sandra Vitorino, Santarém
27. Eurídice Pereira, Setúbal
28. Alexandra Belo, Lisboa
29. Fernanda Pinto, Porto
30. Maria da Luz Rosinha, Lisboa

Suplentes

1. Mariana Vieira da Silva, Lisboa
2. Maria Irene Pereira, Viseu
3. Amália Ribeiro, Porto
4. Natália Correia, Coimbra
5. Susana Martins, Braga
6. Ana Paula Covas, Setúbal
7. Manuela Neto, Algarve
8. Sónia Furtado, Açores
9. Carla Rodrigues, Aveiro
10. Maria de Lurdes Castanheira, Coimbra
11. Maria Clotilde Lopes, Braga
12. Maria Clara Guerra, Vila Real
13. Helena Maria Gil Coutinho, Vila Real
14. Maria Elizabeth Lemos, Coimbra
15. Alzira Lemos, Lisboa

AGENDA DE CAMPANHA

19 de Maio - 18,30H

Lisboa, Largo do Rato
Apresentação do Programa e do Conselho Consultivo

20,21 e 22 de Maio – Açores
(Horta e Ponta Delgada)

23 de Maio – Lisboa

24 de Maio – Setúbal

25 de Maio – Aveiro

27 de Maio – Algarve

28 de Maio – Portalegre

29 de Maio – Coimbra

30 de Maio – Santarém e Leiria

31 de Maio – Braga

1 de Junho – Porto

2 de Junho – Lisboa

Jantar de Encerramento da Campanha

NOVAS REGRAS PARA AS NOMEAÇÕES DOS CARGOS DIRIGENTES

No fundo, é como se coexistissem duas administrações: uma tradicional, corporativa, na qual os governos não confiam nem mexem; e outra paralela, que os ministros criam e com a qual contam para executar a sua agenda. É por isso que em Portugal, como noutros sítios, os institutos públicos, as equipas de missão e os gabinetes ministeriais crescem como cogumelos.

Imediatamente antes e imediatamente a seguir a cada mudança eleitoral, o tema dos «jobs for the boys» costuma dominar a agenda mediática. Foi assim em 2002 e assim está a ser em 2005. No entanto, é importante lembrar que têm sido os próprios líderes políticos a alimentar uma polémica que só serve para degradar a imagem do sistema político-administrativo. Na última campanha, o PS acusou o PSD de andar a fazer nomeações de última hora. E o PSD acusou o PS de ter feito o mesmo.

Estão por avaliar os resultados dos concursos para os cargos dirigentes intermédios iniciados no tempo de António Guterres e interrompidos por Durão Barroso.

Mas uma coisa é certa: o grande mérito da revisão do estatuto do pessoal dirigente foi, desde logo, a transparência ganha com a exigência da publicação, no «Diário da República», dos currículos dos nomeados, permitindo-nos, assim, conhecer melhor quem dirige a Administração Pública.

Embora sem as limitações legais que os estatutos do pessoal dirigente impõem noutras democracias, a verdade é que a quase totalidade dos directores-gerais da administração central portuguesa é recrutada no interior da Administração Pública. Na maioria dos casos, estamos perante pessoas com elevadas qualificações académicas (o que não é sinónimo de competência na gestão) e que fizeram toda a sua carreira no ministério onde exercem funções.

É certo que há uma forte instabilidade de lugares: poucos cumprem no mesmo serviço os três anos em que vigora a comissão de serviço. Contudo, essa instabilidade de lugares é acompanhada por uma grande estabilidade de pessoas. Analisando a informação do «Dia da República», é possível concluir que a maioria dos directores-gerais do governo PSD/CDS também tinha sido nomeada para cargos dirigentes durante o Governo Guterres. E vice-versa. Falar em partidização generalizada das nomeações é um manifesto exagero.

Por outro lado, é também impressionante a força do corporativismo, que vai muito para além do desejável. Veja-se o peso dos docentes e dos médicos em lugares de gestão na Educação e na Saúde. Isto não significa que estas pessoas não tenham filiação partidária. Provavelmente, algumas terão. A questão é que, frequentemente, actuam nos partidos mais em função dos seus interesses corporativos do que de acordo com qualquer ideia de reforma administrativa.

Um pouco diferente é o cenário dos institutos públicos e dos gabinetes ministeriais. Ai, sim, há mais gente do sector privado e mais politização. No fundo, é como se coexistissem duas administrações: uma tradicional, corporativa, na qual os governos não confiam nem mexem; e outra paralela, que os ministros criam e com a qual contam para executar a sua agenda. É por isso que em Portugal, como noutros sítios, os institutos públicos, as equipas de missão e os gabinetes ministeriais crescem como cogumelos. A haver um problema é precisamente esta sobreposição administrativa que revela um mau relacionamento entre políticos e burocratas.

Nos Estados Unidos vigora o sistema da politização, em França a osmose político-administrativa, e no Reino Unido a neutralidade dos burocratas. Três sistemas diferentes. Três administrações de referência. Como é evidente, o perfil dos nossos dirigentes administrativos não resulta do regime jurídico de nomeações, mas de outro tipo de problemas estruturais, há muito identificados. Contudo, já se percebeu que, para atacar os principais problemas, é necessário um acordo parlamentar prévio sobre este assunto. É por isso de aplaudir a iniciativa do Governo que estabelece novas regras para as nomeações dos altos cargos da administração. No essencial, a solução encontrada passa por fazer coincidir as comissões de serviço dos dirigentes de organismos que executam políticas públicas com o prazo da legislatura e, por outro lado, dar maior autonomia aos dirigentes dos serviços de estudo e controlo da administração. É uma boa solução.



FILIPE NUNES

O PAÍS RELATIVO

CONSTÂNCIO AFIRMA

SÃO PRECISAS “MEDIDAS DIFÍCEIS” PARA TRAVAR O DÉFICE

Para resolver a “crise orçamental do Estado” serão necessárias “medidas difíceis, diversificadas, abrangentes”, defendeu na segunda-feira o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, à saída de uma audiência com o Presidente da República para o informar da real situação das finanças públicas.

Vítor Constâncio não adiantou o valor do défice das contas públicas, explicando que “não está concluído” o relatório da comissão independente, que será entregue ao Governo.

No entanto, referiu que as medidas que resultarem do apuramento do défice serão “necessariamente difíceis” e que é preciso “bastante pedagogia” para as explicar.

Do encontro com Sampaio, o governador do Banco de Portugal retirou o apoio do Presidente Sampaio para fazer pedagogia

e explicar aos portugueses as medidas necessárias para combater o problema.

“As medidas são necessariamente difíceis, diversificadas e abrangentes e, portanto, exigem bastante pedagogia para que os portugueses possam compreender plenamente a situação, que se apresenta com dificuldade”, afirmou.

“Não vou falar em medidas, cabe ao Governo defini-las. Em geral já disse que eu próprio e o Banco de Portugal apoiaremos as medidas que forem necessárias”, acrescentou.

Vítor Constâncio afirmou ainda que reduzir o défice “não implicará uma nova recessão”. E sublinhou que o problema das finanças públicas é “uma crise orçamental do Estado e não das empresas em geral”, porque o sector privado continua a beneficiar de baixas taxas de juro e do acesso ao vasto mercado europeu.

Numa reacção às palavras de Vítor Constâncio sobre o estado das finanças públicas, o primeiro-ministro, José Sócrates, afirmou que ficou “muito

preocupado com a declaração do governador do Banco de Portugal de que a situação é pior do que ele próprio julgara que era”.

Falando na Polónia, à margem de uma reunião do Conselho da Europa, Sócrates referiu que o Governo agiria de acordo com a gravidade da situação.

“A acção só se pode basear na gravidade do problema. Vamos esperar pelos resultados (da Comissão Constâncio) e depois falaremos”, disse.

Também na segunda-feira o ministro da Economia e da Inovação, Manuel Pinho, reconheceu que o país atravessa uma situação financeira difícil, mas defendeu que Portugal tem estabilidade e uma estratégia clara para a ultrapassar.

“Portugal está mal em matéria de finanças públicas”, mas “finalmente temos estabilidade e uma estratégia clara e vamos ser positivos e investir para o futuro”, afirmou Manuel Pinho, à margem da cerimónia de posse dos novos órgãos dirigentes do IAPMEI, ICEP e de outros institutos públicos, em Lisboa.

GOVERNO PREPARA MEDIDAS DE CONTROLO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Um “pacote integrado” de medidas calendarizadas e com objectivos quantificados assente na redução da despesa pública está a ser preparado pelo Governo, de forma a que até ao final da legislatura o défice esteja dentro dos limites fixados pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), 3 por cento do PIB.

“sem recurso a medidas extraordinárias”, anunciou o ministro das Finanças, Campos e Cunha.

Para o efeito, explicou, o Governo vai cortar mais de quatro mil milhões de euros ao sector público até 2009, a uma média anual de 1,2 mil milhões.

Falando no encerramento da conferência “Portugal em Exame”, promovida pela revista “Exame”, Campos e Cunha garantiu que algumas das medidas que constam do programa — que deverá ser conhecido ainda este mês, depois de apresentadas as conclusões da Comissão sobre as contas públicas — são de efeito imediato, enquanto outras só darão frutos mais tarde. Deste programa devem fazer parte medidas que constarão do Orçamento de Estado para 2006 e outras que, só no futuro, surtirão efeitos práticos, disse o ministro, acrescentando que haverá um calendário para a implementação, com objectivos quantificados.

Campos e Cunha assegurou ainda que as medidas de consolidação das contas públicas vão ser primeiramente apresentadas na Assembleia da República e frisou que a sua aceitação internacional é “decisiva”.

O ministro das Finanças prometeu ainda que o esforço de consolidação deve ser concentrado no início da legislatura, até porque muitas das medidas que vão ser

adoptadas não terão efeitos imediatos. É que, frisou, “é essencial não adiar o esforço” de redução orçamental “para o final da legislatura”.

Para essa consolidação das contas públicas vão ser importantes as receitas do Estado, mas Campos e Cunha referiu que o saneamento do sector público vai assentar “na contenção da despesa pública”, com especial atenção sobre a massa salarial e a sustentabilidade da segurança social.

Referindo que se aproxima “a hora da verdade para as finanças públicas”, o ministro disse ser necessário desmistificar três “falácias” sobre o assunto: a de que o Pacto de Estabilidade e Crescimento morreu, a de que uma redução do défice orçamental prejudica a economia e a de que as soluções para o saneamento orçamental são “apenas mais sacrifícios”. Alegar a morte do Pacto de Estabilidade e Crescimento é perigoso porque cria uma ideia ilusória de facilidades, disse o ministro, já que a sua reforma vai permitir que Portugal tenha mais tempo para reduzir o défice público, evitando o recurso a medidas cegas a prazo.

Sobre o impacto da redução do saldo negativo das contas públicas, Campos e Cunha defendeu que embora no curto prazo possa haver um efeito negativo no crescimento, no médio e longo prazo essa política terá como consequência o aumento da confiança dos empresários e dos consumidores e da credibilidade do país, devendo este efeito sobrepor-se ao de curto prazo.

Campos e Cunha negou também que as soluções para reduzir o défice orçamental se centrem apenas em “mais sacrifícios”,

sublinhando que elas são “as medidas necessárias para garantir o crescimento da economia e a sustentabilidade das contas públicas” e em que todos devem participar, para que Portugal possa participar numa União Europeia mais alargada e competitiva.

25 mil milhões para relançar economia

Intervindo também na conferência “Portugal em Exame”, o ministro da Economia e da Inovação, Manuel Pinho, referiu que o Governo quer canalizar 25 mil milhões de euros para relançar a economia portuguesa e as exportações.

Sublinhando que “a chave para o crescimento está na inovação” e na “qualificação dos recursos humanos”, Manuel Pinho afirmou que o programa de investimentos em infra-estruturas vai envolver verbas de 20 mil milhões de euros que, “em quatro anos”, tornará Portugal “num país mais moderno”.

O ministro das Finanças salientou ainda que os Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN), recentemente apresentados e que envolvem 5 mil milhões de euros, permitiram identificar “projectos coerentes” que poderão criar 15 mil empregos directos

“A solução para crescermos mais e melhor está no investimento e nas exportações”, disse, acrescentando que “o quadro do investimento melhorou claramente no nosso país”.

Até ao final de Junho, anunciou, será apresentado o programa de grandes investimentos infra-estruturais na energia, transportes, ambiente, saneamento e saúde.

O EMBUSTE DA TAXA ÚNICA

JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

O semanário conservador britânico *The Economist*, publicou na sua edição de 16 de Abril de 2005, um editorial sugestivamente intitulado "A revolução da taxa única" (*The flat-tax revolution*). O artigo refere o caso dos países bálticos, de alguns países do Leste Europeu e da Rússia que já adoptaram uma taxa única sobre os rendimentos dos particulares e das empresas. Esta nova modalidade de tributação fiscal varia entre a taxa de 33 por cento da Lituânia e a taxa de 12 por cento da Geórgia. Entre estes extremos situam-se taxas que variam entre os 13 por cento da Rússia e da Ucrânia e os 25 por cento da Estónia, passando pelos 16 por cento da Roménia e os 19 por cento da Eslováquia. O semanário informa ainda que os partidos de oposição de centro-direita da Polónia fazem campanha eleitoral para a elaboração de um novo código fiscal em que o imposto progressivo sobre o rendimento é substituído por uma taxa única de 15 por cento.

The Economist apresenta alguns argumentos para demonstrar as "vantagens" da taxa única. São indicadas três: a taxa única não põe em causa o carácter redistributivo dos impostos directos progressivos porque estabelece um limiar abaixo do qual o contribuinte está isento do seu pagamento; introduz maior verdade nas declarações fiscais, reduzindo a evasão fiscal; aproxima-se de uma taxa sobre o consumo ou a despesa, favorecendo a poupança e incentivando o trabalho. Relativamente ao primeiro argumento, também os impostos directos progressivos isentam o contribuinte com um rendimento abaixo de um determinado limiar – salário mínimo, por exemplo – do pagamento de imposto, pelo que a propalada vantagem da taxa única não se percebe qual seja. Em segundo lugar, a menor verdade nas declarações de rendimentos nada tem a ver com a progressividade fiscal, mas com a ineficácia do combate à evasão fiscal ou com um sistema de deduções e escapatórias fiscais, frequentemente explorado por firmas de advogados de negócios e contabilistas ao serviço das classes de maior rendimento que se transformam assim nas suas principais beneficiárias. Em terceiro lugar, o novo sistema favorece apenas a poupança dos mais prósperos, pois o seu rendimento disponível aumenta relativamente ao das outras camadas sociais de menores rendimentos que pagam a mesma taxa, sendo ainda complementado por um sistema de impostos indirectos que, recaindo sobre a despesa de modo uniforme, irá obrigar os menos prósperos a trabalharem mais para manter o seu nível de vida ou a reduzir a sua já limitada taxa de poupança. De resto, a tese subjacente de que a poupança dos primeiros se transformará magicamente em investimento produtivo é contradita pelos dados mais recentes: os parcimoniosos das classes

abastadas têm preferido desfrutar dos rendimentos das aplicações financeiras, juros e dividendos, ou então especular para aumentar as suas mais-valias financeiras.

Um mês depois da publicação deste artigo, a patética economista nacional decidiu fazer o que sabe melhor: papaguear as teses de outros, sem fazer referência às fontes originais. Numa conferência organizada pela revista *Exame*, em 11 de Maio, o astro nascente do PSD, António Borges, e o presidente da Agência Portuguesa de Investimentos, Miguel Cadilhe, fizeram uma declaração de amor à taxa única. Cadilhe, para além de afirmar que a taxa única não é incompatível com o Estado social, revelou ainda que a progressividade fiscal pode ser conseguida por outras vias, nomeadamente através da aplicação, em sede fiscal, do princípio do utilizador-pagador, de que se afirma defensor. Este argumento impressiona pelo seu nível de iliteracia em questões fiscais e tributárias, demonstrando que alguns ex-ministros de Santana Lopes deixaram discípulos. De facto, não apenas um imposto é confundido com uma simples taxa, mas também o princípio do "utilizador-pagador", a ser promovido, acabará por reforçar ainda mais o carácter iníquo do sistema fiscal nacional em que o peso dos impostos indirectos não redistributivos supera o dos impostos directos redistributivos. Mais uma vez a patética economista não conhece limites.

Numa conferência organizada pela revista Exame, em 11 de Maio, o astro nascente do PSD, António Borges, e o presidente da Agência Portuguesa de Investimentos, Miguel Cadilhe, fizeram uma declaração de amor à taxa única. Cadilhe, para além de afirmar que a taxa única não é incompatível com o Estado social, revelou ainda que a progressividade fiscal pode ser conseguida por outras vias, nomeadamente através da aplicação, em sede fiscal, do princípio do utilizador-pagador, de que se afirma defensor.



JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

OPINIÃO

CORREIO DOS LEITORES

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Ação Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível.

Os endereços são: accaosocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

PORTUGAL NO CAMINHO DA MUDANÇA

Com as medidas, concretas, claras e algo simbólicas, que o Governo tem vindo a tomar pode dizer-se que, mais do que um estado de graça constitui, já, uma clara evidencia de mudança de rumo na governação de Portugal. O Governo PS, muito bem liderado pelo primeiro-ministro, José Socrates, que conta como ele próprio faz questão de frisar, com um leque de ministros e secretários de Estado, militantes ou não, capazes, tanto por si só, mas também, espera-se, com a ajuda do partido e dos militantes socialistas, de enfrentarem a pressão, natural, mas nem sempre justa dos mais variados lóbis corporativos.

Gostei de ver e ouvir o nosso chefe de Governo na sua primeira entrevista à televisão. Foi claro, concreto e esclarecedor. Falou das razões e importância da aprovação pela Assembleia da República da proposta de lei enviada pelo Governo para limitação de mandatos. É sintomático que, juntamente, o Governo se proponha definir, com clareza, quais são os cargos de administração (directa ou indirecta) do Estado que devem ser de confiança política e por isso de nomeação do Governo. Os restantes (abaixo de subdirector), naturalmente, devem ser lugares de ocupação por concurso seja, interno ou externo.

Ficará, assim, também, claro que lugares de chefia interna tanto no Estado como nos Institutos e Entidades Públicas Empresariais (EPE) devem ser preenchidos segundo critérios de competência técnica-gestonária, privilegiando-se, por razões de gestão económica e de recursos humanos, a chamada prata da casa. Dessa forma se dará por terminada a pernicioso filosofia que tanto impera nas empresas do sector empresarial do Estado e que na gíria se designa pelo escândalo dos pára-queidistas.

Também aqui o Governo dá um claro sinal de mudança cultural que, sem prejuízo de criação de emprego, sem impedir a renovação de quadros e a injeção de sangue novo sempre necessário para a dinâmica e inovação da vida interna e externa das empresas, procura a transparência, o rigor e a responsabilização dos actores aos diferentes níveis de responsabilidade. Como dizia um camarada: os Homens pequenos discutem pessoas, os Homens médios discutem as coisas, os Homens grandes discutem ideias e projectos. Temos finalmente um Governo formado por Homens (e Mulheres) grandes que discutem ideias e projectos para a mudança cultural deste povo que, certamente, vai projectar em grande o país. Estamos a deixar de ser uma sociedade de lamúria, de lamechice. Parafrazeando o sociólogo José Gil, mas alterando-se o sentido, é caso para dizer "Portugal Hoje, sem Medo de Existir".

ERVARISTO BRANQUINHO

TRIBUNA LIVRE

MANDATOS E LEI DAS AUTARQUIAS

JOSÉ PINTO DA SILVA

É tema actual e recorrente e a imprensa em geral guiando-a às primeiras páginas, o que é interessante e útil. O capítulo da limitação dos mandatos não carece de muito tempo e espaço. Três mandatos serão mais do que bastantes, mas, pelo proposto, mesmo os que já têm 30 anos de mando ainda podem ficar mais quatro e há quem queira que fiquem mais 12. É risível fazer-se uma lei para ser aplicada daqui por 12 anos. Mesmo daqui por quatro.

Não têm razão os que querem envolver nos efeitos da mesma lei os deputados, porque os ditos, mesmo que estando de nádegas já demasiado espalmadas, não são executivos. Alargar até aos vereadores de tempo inteiro, nada a opor, mas sabe-se que sendo o poder, sempre e todo, do presidente da Câmara, ele não vai deixar medrar quem possa vir a fazer-lhe sombra. Olhem o nosso exemplo. Que vereador esteve mais de três mandatos na Câmara da Feira? Mas o presidente vai para o sexto. Esta questão ficaria, de resto, resolvida caso avançasse a reforma autárquica, deixando os vereadores de ser eleitos em lista completa. Nem faz sentido que um vereador que se mostre incompetente e mesmo prejudicial ao normal funcionamento da Câmara não possa ser demitido. Pelo presidente ou pelo líder

do grupo de oposição por que tenha sido eleito. Tira-se-lhe a confiança política, troca de posição ou vira independente e ficará se calhar na posição ideal para se pendurar numas viagens ou noutras prebendas. Vivem lindamente sem a confiança política, ou passam mesmo a viver melhor sem ela. Recebem-na dos outros. A proposta de lei é certo que não vai passar, porque lóbis mais altos se levantam. Os lóbis dinossáuricos têm cores diversas. Ficaria muito agradavelmente surpreendido se os partidos, pelo menos os da alternância, por decisão interna, impedissem os dinossauros de se recandidatarem, já este ano. Como acontece esporadicamente quando se zangam. Não foi impedido o Santana de ir de novo? E outro tanto não vai acontecer ao Narciso? E a mesma medida interna é, por vezes, aplicada aos deputados. Lembremo-nos que, há pouco tempo, não havia presidente de Câmara que não fosse eleito deputado. Agora no PS isso acabou. E tratou-se tão-só de uma determinação interna. Façam todos assim. As lideranças consistentes não temem o afrontamento de qualquer "jardinagem". No bom senso dispensam-se as leis.

Importante e premente seria a alteração da forma de eleição do órgão autárquico. Deveria, no nosso entendimento, proceder-se como na formação do Governo e Parlamento nacional. Eleger-se-ia somente a

Assembleia Municipal, sendo que o primeiro candidato da lista mais votada seria automaticamente o presidente da Câmara que, dentro da própria Assembleia, ou mesmo (ou também) fora dela, recrutaria todo o elenco executivo. Seria um executivo monocolor, a menos que, por não ter conseguido maioria na Assembleia, tivesse de negociar a entrada de um "ministro" de outro partido. No Porto houve uma coligação PSD/CDU e em Lisboa PSD/PP. Porque os votos não geraram maiorias.

A Assembleia Municipal seria dotada de verdadeiros poderes de controlo e fiscalização dos actos do Executivo, funções que agora não tem, porque a Câmara lhe não "passa cartão" como se dizer-se. Não dá informações, não responde às perguntas se forem incómodas e consegue viver sem problemas, mesmo que a Assembleia lhe não aprove o documento por excelência que é o Orçamento.

Passaria a poder constituir Comissões Especializadas, a poder apresentar Moções de Rejeição ou Censura com consequências imediatas (queda do Executivo se aprovadas). Enfim, como na Parlamento nacional. Falam os pequenos partidos em perda de democraticidade. Onde? Que intervenção têm no poder autárquico os vereadores da oposição? Nenhuma, a não ser refilar enquanto se não cansar. Que proposta, de significado, apresentada pela oposição foi alguma vez aceite pela

maioria? Nenhuma. Até que a achem aproveitável, rejeitam-na para a apresentar mais tarde com alguma diferença de pormenor, mas passando a ser iniciativa do poder. Ainda recentemente a oposição apresentou argumentos considerados válidos por muita gente contra a implantação do (Mega) Centro Comercial na Cruz. O poder não precisou de grande contra-argumentação para decidir pelo sim. A oposição deixou o seu ponto de vista e gastou algum "latim". Nada mais.

E que capacidade de influenciar têm os membros da oposição na Assembleia Municipal? Quer a oposição maior (PS) quer os outros dois. Rigorosamente nenhuma, até porque os eleitos da lista do poder votam sempre e cegamente sim, discuta-se o que discutir e proponha a Câmara o que propuser. Encontre-se um caso diferente! A eleição dos presidentes de Junta já é assim. O cabeça da lista mais votada para a Assembleia de Freguesia é o presidente de Junta que depois, se tiver maioria, escolhe dois da sua lista para vogais. Se não tiver maioria tem que negociar com a oposição a composição do Executivo. É certo que a Assembleia de Freguesia não tem poderes rigorosamente nenhuns, nem de controlo, nem de fiscalização. O que pode fazer é contestar, refilando, e denunciar, tornando público. Mas sempre sem fazer nenhuma moça ao poder. É importante que, também nisto, a legislação seja alterada.

OS 60 DIAS DO GOVERNO PS

POLÍTICA PROGRESSISTA JÁ ARRANCOU

“Nunca, em tão pouco tempo, foram dados tantos passos seguros no caminho do desenvolvimento”, afirmou no dia 12 o líder da bancada socialista, Alberto Martins, numa intervenção no plenário da Assembleia da República para assinalar, politicamente, os 60 dias do XVII Governo Constitucional. E sublinhou que “um novo modelo de crescimento, mais cidadania social, melhor democracia”, são os três eixos de orientadores de “uma política progressista que já arrancou”.

Depois de referir que a “confiança” ficou bem definida como a marca deste Governo desde a sua formação, como todos os estudos de opinião realizados a seguir às eleições revelam, Alberto Martins frisou que “os cidadãos têm hoje uma expectativa positiva sobre o Executivo e acreditam que a maioria vai fazer um bom trabalho”, ao mesmo tempo que “revelam uma confiança redobrada no Parlamento e no conjunto das instituições democráticas, o que não aconteceu por acaso”.

Colocando em evidência a “natureza reformista” deste Governo, o líder do Grupo Parlamentar do PS referiu que o “primeiro sinal” foi dado com o anúncio da possibilidade de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica fora das farmácias, seguindo-se, para engano dos

“cínicos do costume que relativizaram o impacto da medida”, a redução das férias judiciais, a adaptação do Ensino Superior às regras de Bolonha, o combate à fraude na Segurança Social.

“São iniciativas que ilustram bem o permanente compromisso do Governo com o bem comum e com a qualidade de vida dos cidadãos”, frisou.

No âmbito da aposta do Governo nas novas tecnologias, na inovação e na qualificação dos portugueses, de forma a potenciar o crescimento económico, Alberto Martins lembrou que “em apenas 60 dias” o Governo lançou um programa de estágios profissionais em empresas para jovens quadros, um sistema de incentivos fiscais à investigação empresarial e um rigoroso sistema de avaliação



aplicável às instituições que se dedicam à investigação científica e tecnológica. “Foi assim que cresceram as economias mais avançadas da União Europeia. É assim que devemos voltar a crescer”, disse, acrescentando que, para isso, “era essencial que as diferentes forças sociais e políticas assumissem a relevância nacional desta aposta”. Aliás, “como Cavaco Silva já o reconheceu num artigo de opinião publicado no jornal ‘Público’”, sendo “bom que outros se juntassem a nós nesse entendimento”, acrescentou.

Modernização económica e coesão social

Saliendo para os socialistas, “é a economia de mercado que está ao serviço

da sociedade e não o contrário”, reafirmou que “o crescimento não faz sentido se não for em benefício do maior número” de cidadãos, já que “modernização económica e coesão social são objetivos indissociáveis”.

Na sua intervenção, vincou que estão igualmente em curso as reformas do sistema político e do sistema judicial. “Não há boas políticas sem boa política e sem boa justiça. É a qualidade dos sistemas político e de justiça que dá confiança aos agentes económicos e condições à concretização das políticas públicas”.

Por isso, referiu, “em apenas 60 dias”, foram submetidas à Assembleia da República novas regras e condições para o exercício de cargos públicos, subordinadas aos princípios do rigor e

da transparência. E também “em apenas 60 dias”, acrescentou, o Governo já aprovou um pacote de medidas que atacam o gravíssimo problema da morosidade da Justiça e do congestionamento dos Tribunais.

“Sem uma resolução atempada dos processos perde-se o sentimento de justiça e minam-se, assim, os alicerces do próprio Estado de Direito democrático”, sustentou.

Na sua intervenção, Alberto Martins desmontou ainda a tese dos que procuram passar a ideia de que o Governo não avança com as chamadas “medidas de fundo”, salientando que há “um equívoco” em torno do conceito de reformismo que importa esclarecer. “Este não é um governo revolucionário nem um governo irresponsável, que avança primeiro e estuda depois. O país está farto de leis quadro e leis de bases que não mudam em nada a vida das pessoas. Estamos fartos de reformas de papel” disse.

Ao contrário, frisou, o Governo anterior “apresentava-nos diariamente grandes pacotes legislativos e comprava semanalmente guerras inúteis. O resultado está à vista”.

Por isso, o líder da bancada socialista fez questão de referir que “este é um Governo de esquerda reformista que avança gradualmente para solucionar problemas concretos”, no âmbito de uma “aposta na mudança que muda, ao serviço do desenvolvimento de Portugal”.

J. C. CASTELO BRANCO

SUGESTÕES DE MANUELA DE MELO

A MINHA RUA



Sábado que passou, só uns chuviscos ocasionais deram razão às previsões meteorológicas da véspera: as nuvens escuras bem tentavam ser ameaçadoras, o vento parecia dar uma ajuda, mas chuva a sério, daquela que esperamos para acalmar a seca, pouca coisa. Quase nada. Ficou um bom sábado para sair à rua e dar uma volta à volta de casa.

Foi o que fiz: aprofundar a relação que existe entre mim e a minha rua. Quando se tem uma manhã inteira, a nossa rua pode tornar-se numa enciclopédia onde cada entrada remete para um mundo de conhecimentos. Na pequena mercearia, caixotes de madeira precariamente empilhados mostram as contradições e fragilidades da nossa agricultura: ao lado de cenouras, nabos e batatas novas que parecem saídos duma “maseira” arenosa da Estela ou da Aguçadoura, lá vemos os cachos de bananas e as mangas tropicais, colhidas verdes na esperança de que a viagem lhes dê a cor e o gosto da maturação. A broa de Avintes, escura e um pouco húmida, encosta-se ao requieijão de Seia em apetitosa parceria, mas disputa a prateleira refrigerada com os gelados industriais de cores absurdas, que retiraram dos hábitos dos miúdos os sabores caseiros dos sorvetes.

Na esquina, a casa de produtos regionais lá se aguenta, algumas freguesas com saudades da terra procuram o pão de mistura, as azeitonas e, às vezes, as alheiras que fazem a delícia de qualquer um. Depois fica o cabeleireiro, com revistas cor-de-rosa que repetem os mesmos temas e caras de muitos inúteis do “jet-set”, manicuras especializadas em unhas artificiais e pacientes construtoras de penteados cuidadosamente rigorosos ou rigorosamente despenteados.

Entro na pequena loja de jornais apinhada de DVD's, livros, CD's, mil objectos que ajudam (dizem todos os especialistas de gestão...) a manter acima da linha de água as vendas de jornais e revistas, passo pela peixaria e pela desconsoada montra da casa de decorações, e entro no café para a bica do meio da manhã.

Por essa hora, já tinha ouvido comentários de última hora sobre a carestia da vida, o cartão amarelo do jogador do Sporting, a última esperança dos portistas, as fugas ao fisco e à segurança social, as fraudes do subsídio de doença, as cenas da “Quinta das Celebidades”, o bebé da Marisa, as razões porque a política está como está e as mais profundas explicações sobre o sentido desta vida quotidiana que nos cabe viver – dizem alguns – ou sofrer e aguentar – dizem muitos mais com a esperança de que afinal nada seja assim tão mau, ou pelo menos não nos caia em cima.

Antes do fim da manhã, o mundo tinha encarnado nos limites da minha rua, ocupado os meus sentidos, induzido palavras, pensamentos, reflexões. Foi ao dar a volta ao parque (a minha rua – abençoada – também tem parque!), onde os avós levam os netos a passear e os donos de cães fazem a voltinha higiénica (ambos), foi então, antes de mostrar a cidade histórica a uns amigos de visita, que nasceu a sugestão que aqui vos deixo:

– no próximo sábado, descubram o mundo da vossa própria rua. As casas. As pessoas. Os sons. A seguir, quando lerem os jornais, perceberão melhor a relatividade das notícias.

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR INTERINO **Silvino Gomes da Silva** silvino@ps.pt | REDACÇÃO **J.C. Castelo Branco** cbranco@ps.pt; **Mary Rodrigues** mary@ps.pt | SECRETARIADO **Virginia Damas** virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA **Francisco Sandoval** francisco@ps.pt
EDIÇÃO INTERNET **José Raimundo**; **Francisco Sandoval** | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista: Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accasocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o